

37.018.51
B23820
Ex 1
C 92569028

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

ANDERSON BARBOSA

UM ESTUDO DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



Pontes e Lacerda - MT, dezembro de 2005.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

UM ESTUDO DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de conclusão do curso de
graduação em Letras, apresentado ao
Departamento de Letras da Universidade
do Estado de Mato Grosso – Campus
Universitário de Pontes e Lacerda, como
requisito parcial para a obtenção do título
de graduado em Letras.

Orientadora: da **Profª. Ms. Teresa Pazos
da Silva**

Pontes e Lacerda - MT, dezembro de 2005.

ESTA MONOGRAFIA FOI APRESENTADA E DEFENDIDA PERANTE A
SEGUINTE BANCA:

Profª. Ms. Teresa Pazos da Silva

Membro da banca

Membro da banca

PONTES E LACERDA – MT, DEZEMBRO DE 2005.

Á minha esposa Elizandra Gonçalves de
Oliveira e aos meus filhos Gabriel e André,
que me compreenderam e deram coragem
nas horas de desânimo;

E, ao amigo João Batista Ribeiro (In
memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me sustentou em toda esta caminhada, principalmente nas horas difíceis Ele sempre esteve comigo.

A minha família, por estar sempre ao meu lado, e em especial a senhora Celira Maria Barbosa minha mãe, e, ao senhor Raimundo Nonato Gouveia de Araújo meu pai.

Aos professores, pela ajuda e companheirismo nessa longa jornada.

Aos meus colegas, de uma forma geral em especial aqueles que me apoiaram nos momentos mais difíceis.

À professora Ms. Teresa Pazos da Silva, minha orientadora, pelo acompanhamento e apoio impecáveis durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho.

À Unemat que em uma visão conjunta de formarem cidadãos capacitados, nos proporcionaram essa oportunidade de realização deste curso de graduação.

A todos que de alguma forma contribuíram, mesmo que indiretamente, à realização desta etapa.

Avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos.

(Celso Vasconcelos)

RESUMO

Desenvolvemos o presente trabalho por acreditarmos que a escola é um espaço de direito do cidadão e é através dela e das relações sociais que formamos sujeitos sócio-culturais e históricos atuantes em nossa sociedade. Entretanto, nos questionamos se a escola tem se configurado como um ambiente democrático na prática e buscamos observar isto através da avaliação, pois, esta tem sido um dos pontos mais importantes quando se fala em permanência do aluno na escola ou inclusão do indivíduo, pois, tradicionalmente os métodos avaliativos ou a forma como se utilizam certos instrumentos de avaliação têm contribuído muito para evasão escolar, que nos remete ao fracasso escolar e conseqüentemente à exclusão social.

Diante desta preocupação com a democratização do ensino é que nos propomos abordar a avaliação de Jovens e Adultos em uma escola pública da rede estadual, localizada neste município de Pontes e Lacerda. Nosso objetivo é investigar através de entrevistas com professores, coordenadores e alunos se as escolas estão inovando em suas práticas avaliativas ou continuam fazendo uso dos instrumentos e métodos avaliativos de forma tradicional.

Sendo este o ponto principal de nossa preocupação, pretendemos aqui despertar a atenção dos profissionais da educação para se questionarem e refletirem sobre a prática avaliativa, buscando entender a necessidade de se desenvolverem meios e mecanismos diferentes dos que vem sendo utilizados no âmbito escolar.

Palavras chave: EJA (Educação de Jovens e Adultos), democratização, Avaliação, professor, aluno.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPTULO 1 : UMA ABORDAGEM SOBRE AS AVALIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS!.....	11
CAPÍTULO 2 : A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL	18
CAPÍTULO 3: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DE MATO GROSSO	25
3.1 - A PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA ESCOLA ANALISADA.....	26
CAPÍTULO 4: A AVALIAÇÃO NA CONCEPÇÃO DE COORDENADOR E PROFESSORES.....	29
4.1 – A AVLIAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS DA “EJA”	38
Considerações finais.....	43
Referências bibliográficas.....	46

INTRODUÇÃO

Diante de tantos programas voltados para a educação de adultos no decorrer de longas décadas e devido a atenção que se tem dado em termos de planos voltados a esta categoria que fora excluída do espaço escolar, o nosso objetivo é pesquisar a avaliação no processo de ensino/aprendizagem para jovens e adultos, observando, se na prática, os professores estão desenvolvendo o que determina o projeto pedagógico.

Para a realização do presente trabalho nos propomos a realizar entrevistas com um coordenador três professores e cinco alunos de uma escola pública de Pontes e Lacerda que desenvolve a modalidade “EJA” para saber qual a concepção de avaliação dos mesmos. Buscamos saber também se os mesmos conhecem a proposta de avaliação voltada para jovens e adultos, que dificuldades os mesmos encontram na prática avaliativa e ainda o que pensam sobre as fichas descritivas. Este trabalho apresenta-se organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo discutiremos as “concepções contemporâneas de avaliação” que têm sustentado os projetos pedagógicos atuais, tendo em vista que a proposta pedagógica da escola objeto de estudo está voltada para estas tendências. Levamos em consideração também o fato de que a referida proposta encontra-se devidamente aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso (CEE/MT) e, portanto, deve ser considerada.

A história da educação para adultos no Brasil não poderia ficar de fora, tanto é, que não medimos esforços em nossas pesquisas e leituras para elaborarmos aqui uma retrospectiva, embora sintética, da educação de adultos no Brasil. Este é o nosso segundo capítulo. Nele abordamos metodologias utilizadas ao longo das muitas políticas públicas de educação desenvolvida para adultos, desde a ditadura de Getulio Vargas passando pela redemocratização indo de encontro com um novo golpe militar de 1964, e finalizando na redemocratização do país em 1988, não deixando de relatar os direitos previstos para a educação de adultos na LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação), bem como, observando alguns pareceres e resoluções.

Posteriormente, em nosso terceiro capítulo, abordamos o processo de educação para jovens e adultos no estado de Mato Grosso, com o intuito de colaborar para melhor entendermos a realidade da educação voltada para este perfil de aluno em nosso estado. Em seguida fazemos um breve comentário da educação para jovens e adultos em nosso município. Abordando alguns pontos importantes da proposta pedagógica da escola objeto de estudo.

Demonstraremos, durante nossos estudos, ainda no mesmo capítulo, o que visa a Proposta Pedagógica voltada para educação de jovens e adultos da escola objeto de estudo, no intuito de compará-la com a prática.

No capítulo quatro trabalhamos com a exposição e análise dos dados obtidos através das entrevistas cujo objetivo era obter informações sobre a avaliação na concepção do coordenador e professores entrevistados, pertencentes a escola objeto de estudo. Ainda neste capítulo, apresentamos também os dados obtidos com as entrevistas dos alunos e os analisamos a partir da teoria estudada e comparamos estes dados com os dados dos professores.

A análise consistiu em defrontarmos a prática pedagógica da referida escola focalizando a educação de jovens e adultos em contraponto com sua proposta pedagógica da “EJA” e com as novas tendências contemporâneas de avaliação, principalmente as utilizadas por nós em nosso primeiro capítulo, para concluirmos qual é a realidade que tem se praticado nesta modalidade.

Ao final fazemos nossas considerações quanto aos resultados alcançados através do presente trabalho de pesquisa mostrando os impasses vividos pelos professores no trabalho de avaliar seus alunos.

CAPÍTULO 1

UMA ABORDAGEM SOBRE AS AVALIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Pensando na escola como um espaço de direito do cidadão e como um local onde atuam sujeitos socioculturais e históricos que se formam mutuamente através de relações sociais, é que elaboramos o presente trabalho de conclusão de curso. Neste capítulo abordaremos algumas tendências teóricas contemporâneas sobre avaliação, que acreditamos ser um dos fatores que pode colaborar muito na busca de um futuro melhor para a educação. Estaremos tecendo alguns comentários sobre tais tendências, buscando despertar, em nossos colegas professores, momentos de reflexão sobre a realidade de nosso sistema educacional, para que desta maneira possamos nos unir em busca de uma escola democrática de fato.

No ambiente escolar o que tem preocupado os alunos, constantemente, é a tão discutida avaliação. Nesse sentido podemos levantar a seguinte questão: será que a grande preocupação dos alunos é com a avaliação ou determinado instrumento utilizado pelos professores para avaliá-los? Infelizmente a resposta é a utilização de certos instrumentos que muitos professores ainda usam mais para inibir o aluno, do que propriamente para avaliá-lo. Tendo em vista que, os instrumentos avaliativos como a prova, testes, etc, predominam no atual sistema de ensino, e, por serem instrumentos usados por alguns professores como uma forma de repreender os alunos com relação ao seu comportamento em sala de aula, fica claro o porquê das angústias e aflições que precedem a avaliação, vivenciada pela maioria dos alunos.

A avaliação feita somente através de prova, nada mais é que um método retroativo de se avaliar, que traz consigo a mensuração para observar através das notas, como vai o desempenho do aluno no processo de ensino/aprendizagem, e, desta forma, o valor do conhecimento adquirido fica limitado à nota alcançada pelo aluno. Este tipo de instrumento avaliativo (prova) se identifica muito com uma área da psicologia denominada teoria comportamentalista, onde Skinner elaborou várias experiências, utilizando “ratos” como cobaias, através das quais ele observou o comportamento desses animais através do estímulo/resposta (S-R). Após alguns testes com os “ratos”, passou a fazer experimentos com crianças, e observou que ao oferecer um doce, um presente, etc..., para estas crianças como estímulo, as mesmas respondiam com uma reação positiva.

A forma de avaliação feita através de provas com o intuito de mensurar o conhecimento do aluno com nota, mais se parece com os estudos behavioristas, uma vez que este tipo de instrumento, na maioria das vezes, assume papel de uma arma, utilizada pela escola para forçar o aluno a ser bem comportado, a não faltar nas aulas, bem como, trás consigo outro agravante, pois, o aluno estuda em busca de conseguir a “nota” e, não porque pretende ampliar seus conhecimentos. Muitos autores contemporâneos não compartilham com este instrumento de avaliação. Para Celso Vasconcelos:

A nota ao invés de ser um elemento de referência do trabalho de construção de conhecimento, passa a desempenhar justamente o papel de prêmio ou de castigo, alienando a relação pedagógica, na medida que tanto o aluno como o professor passam a ficar mais preocupados com a meta que com a aprendizagem (VASCONCELOS, 1993, p. 129).

O autor citado vem ao encontro de nossa explanação, uma vez que, o que vemos na prática é que a importância está mais na nota do aluno, do que no conhecimento adquirido e conseqüentemente a prova se sobressai ao processo de ensino aprendizagem e ao mesmo tempo oferece aos adeptos deste instrumento de avaliação, uma personalidade autoritária e prepotente onde com o “poder” que lhe é conferido passa a decidir se vai punir ou não o aluno através de uma nota ruim, somente porque o aluno não se comportou da forma que este ou aquele professor exigiu ou pensava ser a melhor maneira de se comportar.

A avaliação escolar é algo polêmico, e não poderia ser diferente, por se tratar de um assunto muito discutido e debatido, mas, por sua vez, permanece pouco compreendido. Para Hoffmann (1998), apesar das atenções dos educadores, políticos e sociedade brasileira em geral, ainda há, nas escolas, professores com condutas incompatíveis com a busca de uma educação mais democrática, tendo em vista o grande número de alunos evadidos ou reprovados ano após ano. A autora em questão, em sua obra “Avaliação educacional ao final do século: uma análise ético-política de novas concepções e metodologias”, trabalha justamente o medo ou receio de inovações na avaliação, pois, notamos claramente que os professores, em sua maioria, encontram uma certa resistência em tratar de temas sobre a avaliação. Apesar da referida obra ter sido lançada em 1998, percebemos que a problemática apontada por Hoffmann na época, ainda persiste em nossos dias:

No meu entender, a inquietude revelada por um grande número de escolas e professores, a partir de tais orientações da LDB, revela a incompreensão e o distanciamento, no país, de uma prática avaliativa contínua e qualitativa. [...] Nada mais natural que se perceba a inquietude dos educadores frente a essa tendência contemporânea de avaliação. [...], porque nega a tradicional dicotomia educação e avaliação (HOFFMANN, 1998, p. 140).

Partindo da incompreensão e da falta de estudos mais aprofundados por parte das escolas sobre as novas tendências de avaliação, Hoffmann apresenta em seu trabalho dois princípios para uma nova forma de avaliar. No primeiro princípio é negada, ao professor, a posição de neutralidade no processo de avaliação, este é um dos pontos cruciais deste novo conceito de avaliação que é a *contínua e mediadora*. No segundo princípio, é demonstrada a característica desta avaliação, destacando que sua finalidade não tem por objetivo apenas concluir se o aluno foi bem ou mal nos conteúdos propostos, mas, mostrar a necessidade de resolver os problemas e trabalhar as dificuldades encontradas no decorrer do processo de ensino/aprendizagem, levando em conta, considerações de valor, de política e de filosofia social:

A fundamentação da metodologia da avaliação não pode assim apelar apenas para os princípios, critérios e regras da investigação e/ou considerações introdutórias. Torna-se necessário, essencialmente, recorrer a princípios de interação e relação social, numa análise ético-política das práticas e metodologias da avaliação (HOFFMANN, 1998, p. 142,).

Neste contexto, professor e escola têm responsabilidade direta no resultado final, tendo em vista que, segundo a autora, o fracasso do aluno passa a ser entendido como fracasso do professor e da instituição de ensino. Talvez, esta seja a principal causa de resistência, de grande parte dos educadores em debater, discutir, compreender e adotar novas tendências de avaliação, uma vez que, é muito mais cômodo trabalhar com a avaliação tradicional e usar os instrumentos que ela dispõe que são: a prova, o exame, o teste e atribuição de notas ao aluno, pois, desta forma, considera-se apenas um desempenho cognitivo limitado à memorização. Nesta linha desconsidera-se o processo educativo que levou o aluno a obter tal resultado e fica claro, mais uma vez, a comodidade, tendo em vista que, é muito mais fácil aprovar ou reprovar o discente, selecionando os bons e os maus dependendo de cada resultado. O pensamento punitivo é a principal característica de um sistema avaliativo ditador e injusto, porém, bastante confortável para os adeptos da avaliação tradicional.

Nesta nova concepção de avaliação (Contínua, Mediadora), não basta que as instituições e os professores apliquem as provas, para observar o confronto entre objetivos pretendidos e alcançados, servindo apenas para demonstrar o grau de conhecimento adquirido pelo aluno. Na realidade o resultado deve servir de parâmetro para subsidiar o professor e a instituição para futuras intervenções pedagógicas.

Luckesi (2005) também trabalha com empenho contra a avaliação tradicional, afirmando que a mesma é a grande responsável pelo alto índice de exclusão escolar, incorrendo desta forma, em um sistema educacional antidemocrático. Segundo ele:

A prática classificatória da avaliação é antidemocrática, uma vez que não encaminha uma tomada de decisão para o avanço, para o crescimento. Essa prática classificatória da avaliação confirma a nossa hipótese inicial de que a atual prática de avaliação do aluno é uma prática antidemocrática no que se refere ao ensino (LUCKESI, 2005, p. 77)

Diante disto, ele apresenta a “avaliação diagnóstica”, cuja função é investigar quais são as dificuldades encontradas pelos alunos, e, propõe que o professor auxilie o aluno que apresenta certas dificuldades, para superar as barreiras encontradas: “Esta nova forma de entender, propor e realizar a avaliação da aprendizagem exige que ela seja um instrumento auxiliar da aprendizagem e não um instrumento de aprovação ou reprovação dos alunos,” (LUCKESI, 2005, p. 82).

O referido autor explica o funcionamento desta outra concepção de avaliação contemporânea (diagnóstica), demonstrando metaforicamente, a figura do professor através de um médico cujo objetivo é reconhecer a doença (dificuldade) do seu cliente (aluno), e, a partir disto, encontrar meios ou recursos, para curar a doença, ou seja, sanar o problema. Mas, para isto, é necessário que professor e aluno façam parte de uma avaliação participativa onde eles possam refletir sobre os avanços conquistados e repensar sobre onde não houve avanços. A nota, a aprovação ou a reprovação não é mais o foco principal no processo pedagógico, pois, o aluno poderá avançar para a etapa, fase ou série subsequente, mesmo, não tendo alcançado todos os objetivos propostos. Professores e alunos estarão comprometidos na busca de superá-los, tornando possível a concretização de um ensino mais democrático.

Philippe Perrenoud (1999), em seu trabalho: “Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas”, dá ênfase à avaliação formativa, fazendo um belo trabalho partindo da excelência escolar que segundo o autor se baseia em justificar o êxito ou fracasso escolar através do individualismo, como por exemplo: se o aluno “x” foi aprovado é porque ele mereceu tal resultado, entretanto, se o aluno “y” reprovou, é porque o mesmo estava despreparado para seguir a série, ciclo, etapa ou fase subsequente.

Na verdade o referido autor faz uma descrição das problemáticas que envolvem a avaliação escolar em nove capítulos, mas, é justamente o nono capítulo que despertou nossa atenção, cujo título é “Não Mexam Na Minha Avaliação! Para Uma Abordagem Sistemática Da Mudança Pedagógica”. Neste capítulo o autor contempla a avaliação no centro de um “octógono de forças”. Ao descrever cada um dos lados deste octógono, ele o faz em ordem numérica. O lado “1” trata das relações entre a família e a escola.

Perrenoud (1999) demonstra, através deste capítulo, que a avaliação tradicional está tão impregnada em nossa sociedade que mexer nela poderia deixar os pais dos alunos em sua maioria desorientados quanto ao que supõem ser a melhor maneira de ficarem informados sobre o andamento de seus filhos na escola, tendo em vista que, o vínculo mais vigente entre família e escola ainda são as práticas de avaliações tradicionais:

Os programas e os métodos de hoje confundem os pais que nada entendem de matemática de conjunto ou dos conteúdos renovados do ensino da língua materna, das línguas estrangeiras, da história, da geografia ou das ciências. Em compensação, quando se fala do sistema de avaliação, a escola parece ainda muito próxima daquilo que os pais 'conheceram em sua época' mesmo quando deixaram a escola há quatorze anos (PERRENOUD, p. 147).

Na perspectiva de discutir a avaliação com maior profundidade o referido autor prossegue elencando outros temas que segundo ele, incidem sobre os alunos e suas aprendizagens. O segundo tema trata da organização das turmas e possibilidades de individualização, partindo do pressuposto de que o aluno deve ser avaliado individualmente em suas competências e habilidades específicas. No tema "3" é debatida a Didática e Métodos de Ensino, neste caso a preocupação central está na busca de uma pedagogia mais eficaz, onde possam ser identificados de um lado o funcionamento do aluno, e de outro, observar quais os conhecimentos e competências a adquirir. No tema "4" o autor trata da esperteza dos alunos em ter que fingir que compreenderam a matéria devido à necessidade de obter a nota, em decorrência disto o professor finge que ensina e o resultado é um contrato didático forçado. Para o autor este não deveria ser o ofício de aluno e, nem de longe, uma boa relação pedagógica. Segundo ele: "Ir em direção a avaliação formativa seria renunciar a seleção, o mecanismo permanente da relação pedagógica, não fazer viverem sob ameaça da reprovação para orientações menos exigentes" (PERRENOUD, 1999, p 151 – 152).

O tema 5, trata do Acordo, Controle, Política Institucional. Segundo o autor é necessário que haja uma cooperação entre os professores através de acordos sobre qual é, a melhor forma de prosseguir o processo pedagógico, buscando desta forma, manter um controle da situação. De acordo com o autor: "Deve-se portanto, rumar para uma dimensão das tarefas, um desencerramento dos graus, uma colaboração entre professores que ensinam em classes paralelas ou na mesma disciplina" (PERRENOUD, 1999, p 152). No tema 6: Programas, Objetivos e Exigências, o autor comenta que há necessidade de rever os programas educacionais para tornar possível a avaliação formativa, entretanto, o mesmo afirma que esta não é uma tarefa fácil, mas, é indispensável na luta contra o fracasso escolar.

Sistema de Seleção e de Orientação é o tema 7, onde o autor defende o fato da avaliação formativa contribuir para o processo de ensino/aprendizagem, porém, não tem como desligá-lo do processo de seleção. O tema "8" que é o último lado deste "Octógono de Forças" trata das Satisfações Pessoais e Profissionais. Nele, o autor comenta que as incertezas e o medo são os que mais imperam quando se fala de uma nova metodologia. Segundo ele: "O sistema tradicional de avaliação oferece uma direção, um parapeito, um fio condutor; estrutura o tempo escolar, mede o ano, dá pontos de referência, permite saber se há um avanço na tarefa, portanto se há cumprimento de seu papel" (PERRENOUD, 1999, p 156). Notamos uma semelhança desta concepção de Perrenoud com a concepção de Jussara Hoffmann, que é o medo que os professores têm de mudar o atual sistema de avaliação.

Na realidade, as "forças" que envolvem a avaliação, são problemáticas e precisam ser discutidas e os professores conscientizados quanto a qualquer mudança na avaliação escolar que é o principal objeto desta discussão. Fica evidente que qualquer mudança na forma de se avaliar, tornará necessário repensar todo o sistema que a envolve. É desta forma, que Perrenoud propõe a "Avaliação Formativa", incentivando os pais, os alunos, os professores e os coordenadores pedagógicos, a refletirem sobre a prática de avaliação escolar, visando acima de tudo a formação do indivíduo, até porque, a função deste conceito avaliativo é de elaborar uma observação formativa, ética e eficiente na regulação das aprendizagens. Importa criticar a tradicional estrutura pedagógica da escola, que visa o individualismo, alimentando as desigualdades e as dificuldades dos alunos em permanecer na escola.

O fato é que todas estas concepções avaliativas contemporâneas têm por finalidade tornar a escola um ambiente democrático, alterando as funções mais críticas da avaliação. Sabemos perfeitamente que o sistema educacional não oferece meios para a realização de uma educação democrática e acima de tudo qualificadora, mas, tomando como exemplo as teorias aqui abordadas, entendemos que para haver mudanças reais no âmbito educacional, estas mudanças devem começar nas bases. Somos cientes das dificuldades encontradas pelos professores e funcionários da educação de forma geral, no que se refere a uma baixa remuneração para estes profissionais, entretanto, já passou da hora de nos conscientizar que, a prioridade neste momento é fazermos mais pela educação, para melhorar a qualidade do ensino público. A partir do momento que alcançarmos uma educação mais qualificada e promissora, teremos mais força para reivindicar melhores salários, melhores condições de

trabalho, melhores condições da rede física, pois, há quantos anos estamos trabalhando com mesmo quadro negro, giz, livro didático, etc.?

Não há como dissociar a avaliação da realidade que a educação enfrenta principalmente a escola pública, que por sua vez, não está diferente das afirmações dos teóricos supracitados, e, para complicar mais a situação do sistema brasileiro de ensino, percebemos a distância entre família e escola que aumenta cada vez mais. Outro fator é a necessidade de trabalho, que faz com que o aluno passe a estudar no período noturno, e, devido ao cansaço do duro dia de trabalho não consiga estar atento aos estudos preferindo, na maioria das vezes, desistir da escola, pois, não consegue conciliar o trabalho com a escola. Na verdade isto se deve ao fato de ainda não se ter pensado em políticas públicas educacionais específicas para o período noturno, que é o período responsável pela maior parte da defasagem escolar.

Estes comentários são necessários para um melhor entendimento do atual quadro da educação brasileira e para entendermos que a avaliação não é o único problema do ensino brasileiro, mas, discuti-la é um importante caminho a ser percorrido por nós educadores, no sentido de fazer com que nossos alunos tomem consciência de seus avanços e dificuldades, para continuar progredindo na construção do conhecimento ao invés de ser mais um excluído do processo de ensino/aprendizagem. Neste contexto, a avaliação assume uma dimensão orientadora. Não devemos, nos esquecer que, como professores, fazemos parte deste processo avaliativo a todo o momento, e, temos que deixar que mexam em nossa avaliação sim, pois, é mexendo nela, é observando-a e discutindo sobre ela, que iremos compreender melhor este elemento indispensável do processo pedagógico. Devemos também, buscar os meios necessários para repensar nossas atuações como discentes, analisar nossas falhas, nossos avanços e por fim criar suporte para uma educação de qualidade e democrática de fato, onde todos possam ter acesso à escola e permanecer nela.

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

Com intuito de melhor entendermos a Educação de Jovens e Adultos, neste capítulo abordaremos o processo histórico pelo qual a mesma foi tomando forma, bem como, qual é sua realidade hoje.

Somente na era Vargas, o governo federal passou a oferecer ensino público gratuito a partir de 1930, quando gerou a Educação Elementar (Ensino Fundamental), impondo responsabilidades para estados e municípios. Dentro deste contexto, além de ampliar o ensino elementar para todo o território nacional, iniciou-se um grande movimento com o intuito de expandir o direito à educação pública para os adultos: “Tal movimento incluiu também esforços articulados nacionalmente de extensão do ensino elementar aos adultos, especialmente nos anos 40” (PROPOSTA CURRICULAR - EJA*, 1999, p. 19). Em 1945 cai o governo ditador, desta forma, o Brasil passa a viver um momento de redemocratização devido às lutas políticas e em concomitância com este quadro a Segunda Guerra Mundial chega ao fim. Diante destes acontecimentos a ONU – Organizações das Nações Unidas, estabelece alguns incentivos com o intuito de unir os povos na busca pela paz mundial. Dentro destes incentivos destacam-se a democracia e o direito a educação para todos: “Tudo isso contribuiu para que a educação dos adultos ganhasse destaque dentro da preocupação geral com a educação elementar comum” (PROPOSTA CURRICULAR - EJA, 1999, p. 19). Em decorrência disto implanta-se em 1947 a “Campanha de Educação de Adultos” identificada como campanha nacional de massa.

Este primeiro momento da Educação de Adultos foi dirigida, pelo professor Lourenço Filho, e funcionava da seguinte forma: uma “Prévia Alfabetização” num curto espaço de três meses, isto seria a primeira etapa. Em seguida em dois períodos de sete meses realizava-se a “Condensação do Curso Primário” que seria a segunda etapa. Após estas duas etapas, deu-se seqüência para uma capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. O clima era de total animação e força de vontade para aprender, tendo em vista a grande participação dos interessados da zona urbana: “Num curto período de tempo, foram criadas várias escolas

* Informações retiradas do endereço eletrônico << www.mec.gov.br/sef >>

supletivas, mobilizando esforços das diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários” (PROPOSTA CURRICULAR-EJA, 1999, p 20).

Infelizmente a Educação de Adultos neste primeiro momento, só obteve êxito na zona urbana, onde foi muito bem sucedida, entretanto, na zona rural e na ação comunitária, esta modalidade de ensino foi um fracasso, o que acabou por diminuir o ritmo da campanha ainda na década de 50, sobrevivendo apenas a rede de ensino supletivo, implantada e assumida pelos municípios. Para agravar mais ainda este quadro, surgem no campo teórico-pedagógico debates sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil e trabalhos na formação de educadores para a campanha, por teóricos que tinham uma ótica muito preconceituosa a respeito das reais capacidades do adulto com relação à aprendizagem:

Nesse momento o analfabeto era concebido como causa e não efeito da situação econômica, social e cultural do país. Essa concepção legitimava a visão do adulto analfabeto como incapaz e marginal identificado psicologicamente e socialmente com a criança (PROPOSTA CURRICULAR - EJA, p. 20).

Entretanto, no decorrer da campanha houve vários debates em torno da capacidade de aprendizagem do adulto, que acabou por construir uma visão positiva sobre as reais capacidades de aprendizagem dos adultos:

Durante a própria campanha, essa visão modificou-se; foram adensando-se vozes dos que superavam esse preconceito, reconhecendo o adulto analfabeto como ser produtivo, capaz de raciocinar e resolver problemas (PROPOSTA CURRICULAR - EJA, p. 21).

Além do insucesso na zona rural e na ação comunitária, outros fatores colaboraram para o fracasso da campanha, como a inadequação de métodos utilizados para a educação de adultos de regiões distintas de nosso país, a superficialidade do processo pedagógico em um curto período de alfabetização, deficiência administrativa e financeira. Diante destes fatos, as críticas inevitavelmente fluíram com o intuito de buscar melhorias para a educação de adultos, principalmente na elaboração de um processo pedagógico de qualidade. Surge por volta de 1960 o educador Paulo Freire como referência. Seu pensamento pedagógico e sua proposta para alfabetização de adultos deram origem aos principais programas de alfabetização e educação popular realizados no Brasil, apoiados por instituições e intelectuais da época:

Desenvolvendo e aplicando essas novas diretrizes, atuaram os educadores do MEB – Movimento de Educação de Base, ligado a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dos CPCs – Centros de Cultura Popular, organizados pela UNE – União Nacional dos Estudantes, dos movimentos de Cultura Popular, que reuniam artistas e intelectuais e tinham apoio das administrações municipais (PROPOSTA CURRICULAR - EJA, p 22).

Como resultado destes movimentos e articulações o governo passa a ser pressionado a dar apoio e condições para a concretização de uma educação de adultos reconhecida

legalmente, sendo assim, o governo federal aprova o Plano Nacional de Alfabetização no ano de 1964. Com esta medida ficaram instituídos programas de alfabetização espalhados pelo país, sob a orientação de Paulo Freire, baseados em suas propostas para novas práticas educacionais. Nestas práticas o problema da educação é relacionado a problemas de ordem social, justificando o analfabetismo como consequência de uma sociedade desigual e injusta. Para Freire, o aluno é visto como peça fundamental da sociedade em que vive, sendo possuidor de conhecimento, mesmo que limitado ao seu contexto social, histórico e cultural.

Neste momento a educação de adultos, ganha um novo sentido, buscando não apenas a alfabetização dos alunos, mas, visando a construção do cidadão crítico, capaz de interagir no meio em que vive na busca de melhorias. A partir desta concepção de ensino, Paulo Freire, criou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora. Mas, todo este esforço do educador Paulo Freire e das instituições, tornou-se limitado, devido ao novo golpe militar.

Com o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização não foram bem vistos pelo novo governo brasileiro e perduraram apenas até o ano de 1967, funcionando como uma educação assistencialista e conservadora. A partir daí o governo ditador lança o MOBRL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que ganha autonomia com relação ao MEC (Ministério da Educação) e tinha por objetivo alfabetizar a força de trabalho, bem como, criar condições para um mínimo de qualidade. Na verdade, este foi o primeiro momento da educação de adultos, onde o governo se encarregou de implantar um movimento visando a alfabetização de adultos em massa. Em decorrência da campanha de alfabetização em massa houve uma enorme expansão do MOBRL, pelo território nacional.

Não obstante, em sua primeira fase, o Mobral tentou sobretudo alfabetizar adultos. Estava abarrotado de dinheiro. Teve uma administração profissional e competente, melhor do que jamais teve a escola de primeiro grau no Brasil. As cartilhas eram primorosas. Os professores decentemente renumerados e corretamente preparados para o que iam fazer (Castro, 1995, p 32).

No início dos anos 80, surgiram movimentos contrários à ditadura militar, e também à forma de ensino público instalado. A insatisfação com o ensino aumentou em virtude da troca de experiências e reflexão entre os educadores, outro ponto importante a se destacar é a autonomia que alguns estados e municípios maiores ganharam em relação ao MOBRL. Devido a estes fatos, o MOBRL perdeu a credibilidade e foi extinto no ano de 1985. O surgimento do ensino supletivo se dá em decorrência da criação da Lei 5.692/71 que trata da reforma de ensino de 1º e 2º graus com o objetivo de corrigir o que o governo denominou como “distorções crônicas” que eram consequência de ensinos profissionalizantes saturados e sem qualidade, esta lei surge com o Mobral em andamento: “Suplência é a própria

alfabetização e escolarização de jovens e adultos como estava sendo praticada pelo MOBRAL”(FREITAG, 1986, p 97).

O ensino supletivo nesta época, tinha por finalidade oferecer ensino regular para adolescentes e adultos que não tiveram condições de frequentar a escola em idade apropriada, bem como, fornecer ensino de aperfeiçoamento e de atualização para os alunos que já haviam concluído o ensino e para os que havia eliminado apenas parte do ensino.

No intuito de capacitar professores o governo federal lança, através do parecer 699/72, o projeto “Logos” no ano de 1973, que utilizou materiais impressos como meio básico de desenvolvimento dos seus cursos e a atenção aos alunos ocorria nos núcleos regionais, tendo como mantenedoras as Secretarias Estaduais de Educação. O “Logos I” foi elaborado com a finalidade de ser uma etapa experimental do projeto, com o sentido de se verificar a eficácia dos materiais e meios que seriam utilizados no decorrer do curso.

O “Logos II” foi um estágio amadurecido do “Logos I” teve seu desenvolvimento de expansão a nível nacional e teve a sua coordenação dirigida pelo MEC. Sua expansão só foi possível devido à elaboração de convênios firmados junto às Secretarias Estaduais de Educação. O “Logos II” foi planejado pelo DSU/MEC para habilitar professores em atuação nas séries iniciais do 1º grau, seu grande desafio era habilitá-los sem retirá-los da sala de aula. Esses professores possuíam níveis de escolaridade variados, sendo exigida a 4ª série do 1º grau, como escolaridade mínima.

Alcançar professores dispersos pelo país, muitos deles isolados em zonas rurais, de difícil acesso, sem estradas e energia elétrica, com recursos de transporte e comunicação muito escassos não era uma tarefa fácil e exigiu estudos detalhados, de forma a desenvolver uma metodologia que atendesse a esses alunos. Além disso, foi necessário um cuidadoso plano de acompanhamento, controle e avaliação de todo o Projeto. O CETEB ficou encarregado pela execução do Projeto, responsabilizando-se pela produção do material auto-instrucional e dos instrumentos de controle e acompanhamento, pela capacitação e supervisão das equipes, pela realização de encontros anuais e pelo acompanhamento direto e indireto.

Entendemos como é necessário tratar deste curso voltado à capacitação de professores para termos um melhor entendimento do andamento da educação no Brasil. Podemos dizer, que sua historia não é das melhores, tendo em vista, o quadro que acabamos de apresentar, pois, os próprios professores não tinham capacitação, desta forma, se tornava totalmente inviável a concretização de um ensino qualificado com o intuito de formar cidadãos críticos.

Após diversas manifestações das “diretas já” no ano de 1988, o Brasil novamente entra no regime democrático. Com a implantação de um novo regime democrático cria-se a constituição federal no mesmo ano. No Art. 205 ela dispõe sobre o direito à educação, mas, é a emenda constitucional 14/96 de 12 de setembro de 1996, que trata da erradicação do analfabetismo, manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, mas, o adulto não chega a ser mencionado diretamente.

Neste mesmo ano em 20 de dezembro é promulgada Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Esta nova Lei em seu Art. 37 trata da obrigatoriedade da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, entretanto, não se estabelecem planos pedagógicos ou metodologias diferenciadas para este perfil de aluno. O governo Federal através do MEC, cria a Coordenadoria da Educação de Jovens e Adultos a COEJA. Com esta iniciativa abriram-se caminhos para a concretização de varias parcerias, convênios e apoios a projetos. No anos de 1995 a 1999, a Secretaria de Ensino Fundamental e COEJA através Ministério de Educação, elaborou várias iniciativas voltadas para educação de jovens e adultos, celebrando convênios em parceria com Secretarias Estaduais de Educação, Secretarias Municipais de Educação, Universidades e ONG's.

São muitos os segmentos da sociedade brasileira envolvidos na educação para jovens e adultos. Além dos já mencionados, devemos registrar aqui outros participantes deste processo como, por exemplo, o MOVA (Movimento de Educação de Adulto) que tem por finalidade reunir entidades públicas, privadas, governamentais e não governamentais cujo interesse comum entre eles era diminuir o fluxo de analfabetismo. Com esta mesma filosofia a “Alfabetização Solidária” criada em 1997, entra na luta por uma sonhada erradicação do analfabetismo no Brasil. Assim como a ONU, a UNESCO é outra entidade de nível internacional que vem ao longo de sua existência incentivando o ensino de qualidade para jovens e adulto, participando de ações políticas e sociais voltadas para o ensino público principalmente na modalidade “EJA”.

Outro trabalho voltado para uma inclusão social mais efetiva com relação a extinção do analfabetismo, é criado através da parceria entre o INCRA, Movimentos Sociais de Reforma Agrária e Universidades Estaduais. O intuito é oferecer ao homem do campo, assentado pelo governo o direito a um bem que lhe foi negado anteriormente, que é o direito a educação, pois, é devido à falta de estudo que ele dependeu tanto de um pedaço de terra. Entretanto, estes esforços em conjunto, assim como outras políticas públicas elaboradas para a modalidade de jovens e adultos conforme descrevemos em capítulos anteriores, estavam

voltados apenas para suprir o ensino direcionado a este perfil de aluno, ou seja, simplesmente trabalharam em torno de oferecer o acesso, sem registrar uma vontade política na elaboração de um ensino diferenciado e qualificado sob a ótica de formar cidadãos conscientes e críticos do seu verdadeiro papel dentro da sociedade.

Somente em 10/05/2000 o Conselho Nacional de Educação em conjunto Câmara Nacional de Educação, criam e estabelecem diretrizes e bases para a Educação de Jovens Adultos onde ficam instituídas algumas funções, como principais parâmetros de ensino para esta modalidade de ensino, no intuito de oferecer um ensino mais digno para esta clientela.

As funções estabelecidas são a **Função Reparadora, Equalizadora e Função Qualificadora**. A primeira delas tem por finalidade, corrigir a distorção de série idade de jovens e adultos que por sua vez, tenham sido excluídos do sistema educacional por diversos motivos tais como: a necessidade de trabalhar na busca de contribuir para a renda familiar, por motivo de procedimentos avaliativos tradicionais que baseados na mensuração e em uma pedagogia excludente tenham afastado o aluno da escola. Desta forma, esta primeira função vem resgatar o direito a uma educação de qualidade para alunos fora da faixa etária escolar, com seus anseios e ideais de crescimento e desenvolvimento próprio como qualquer ser humano que vive em um mundo globalizado, para que assim, ele possa ter meios e condições para disputar em grau de paridade para com aquele, que foram beneficiados pelo sistema. De acordo com o ministério da educação através do Parecer nº 11/2000:

Mas a função da reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades sócio-culturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais. É por isso que a "EJA" necessita ser pensada como um **modelo pedagógico próprio** a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos (MEC, 2000, p. 8, grifo do documento).

Este parecer pretende solucionar deficiências no ensino para jovens e adultos que estão aí há décadas, e, o principal objetivo é oferecer um ensino qualificado, antes negado, estabelecendo desta maneira, uma igualdade de direitos. Como sabemos o nosso país está longe de ser referência em educação, por este motivo, mais importante do que qualquer plano governamental seja ele consciente na busca de melhorar o ensino público brasileiro, ou seja, ele irresponsável, utópico com caráter apenas eleitoreiro, é necessário que a classe do funcionalismo público educacional se empenhe de uma forma geral em oferecer um ensino mais qualificado. Entretanto, para isto é necessário um comprometimento profissional, porém, um comprometimento profundo e não superficial que se restrinja a elaborar e seguir um plano de aula fácil muitas vezes baseado apenas em livros didáticos oferecidos pelo governo, ou até

mesmo, se negar a conhecer e acompanhar as inovações que temos nas metodologias de aplicabilidade de ensino nas diversas áreas do conhecimento. Isto inclui as questões ligadas à avaliação, pois como já citamos anteriormente muitos professores “não” querem conhecer e compreender as novas tendências de avaliação e não percebem que este processo é fundamental se queremos melhorar a educação e em especial a educação de jovens e adultos.

CAPÍTULO 3

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DE MATO GROSSO

O estado de Mato Grosso vem oferecendo a Educação de Jovens e Adultos através do denominado ensino supletivo presencial que teve início no ano de 1991. Esta metodologia de ensino amparada pela Lei 5.692/71 tornava-se uma nova estrutura de fazer educação de adultos, tendo em vista, que esta Lei descentraliza o poder, passando à escola que oferece o ensino supletivo, autonomia para elaborar currículos de acordo com as necessidades e peculiaridades dos alunos. Sendo assim, o Conselho Estadual de Educação através da Resolução nº 137/91, estabelece normas gerais para implantação do ensino supletivo nas escolas de Mato Grosso. De acordo com esta resolução nesta modalidade de ensino o período era semestral, dando ao aluno a oportunidade de eliminar a série anual em um semestre, ou seja, em cem dias letivos.

Quanto ao grau de escolaridade o ensino supletivo era subdividido em três etapas para concluir a educação básica e ficou definido da seguinte maneira: o Ensino de Suplência I, que era equivalente a estudos da 1ª a 4ª séries; o Ensino de Suplência II, equivalente aos estudos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, no caso do ensino fundamental o aluno poderia eliminar tanto a suplência I quanto a II, em quatro semestres, e finalmente a Suplência em nível médio que poderia ser eliminada em três semestres.

A idade necessária para participar da suplência I e II era de 14 anos completos até o início das aulas. Na Suplência de Ensino Médio os alunos deveriam ter no mínimo 16 anos completos para iniciar o curso. O referido curso para Jovens e Adultos não se limitava à Educação Geral, ele se estendia ao ensino supletivo profissionalizante. Também foram legalizadas as aplicações de exame supletivo duas vezes ao ano, sem que o candidato tivesse que participar do ensino em sala de aula ou até mesmo sem necessidade de apresentar comprovação de escolaridade.

Através da Portaria 193/00 – CEE/MT aprovada em 22/08/2000, a noção de ensino supletivo é substituída pela “EJA” (Educação de Jovens e Adultos), sofrendo diversas alterações entre elas a mudança de regime letivo semestral para regime anual, desta forma, a “EJA” é entendida como um ensino regular no que concerne ao período letivo, entretanto, sua metodologia deve ser diferenciada, devido às características de seu público alvo. Seu

propósito fundamental é de preparar o homem para exercer sua cidadania. Mas, a regulamentação para funcionamento desta modalidade só se torna possível no estado, com a criação e aprovação da Resolução 180/2000 CEE/MT, institui direitos, autoriza cursos presenciais no ensino fundamental e médio para cada modalidade, e, em seu Art. 14, estende a aplicação de exames supletivos no estado através do CES (Centro de Exames Supletivos).

3.1 - A PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA ESCOLA ANALISADA

A Escola estudada foi criada em 1994, oferecendo o ensino de supletivo I e II juntamente com o ensino médio supletivo. Antes de sua criação como escola estadual de suplência a mesma funcionava como Núcleo de Ensino Permanente, oferecendo a capacitação escolar Logos II. Desde o ano letivo de 2000, atendendo às novas exigências na forma da lei, a referida escola deixou de oferecer o ensino supletivo, bem como, a Aceleração para adultos, tendo em vista, que o funcionamento da Aceleração só poderia contemplar alunos entre 7 e 14 anos que se encontrassem em defasagem escolar.

A proposta pedagógica da Escola objeto de estudo encontra-se de acordo com a legislação em vigor, sendo a referida escola devidamente autorizada e credenciada no Conselho Estadual de Educação.

Conforme determina a Resolução 180/2000 a referida escola tem sua própria proposta voltada para educação de jovens e adultos, elaborada de acordo com a realidade socioeconômica e cultural da região em que se encontra, se comprometendo em desenvolver uma educação equalizadora e reparadora conforme determina o Parecer 11/2000 elaborado pelo Conselho Nacional de Educação em parceria com a Câmara Nacional de Educação.

No corpo da referida proposta contempla-se, a visão de futuro onde a escola se compromete em oferecer um trabalho eficiente e de qualidade para a comunidade escolar, especificamente falando do jovem e do adulto, tratando de forma que se possa valorizar o conhecimento e domínio individual de cada aluno. A proposta leva em consideração que há misturas de religiões, credos, raças e etnias, fator que colabora para uma agregação de diversas culturas em uma única sala de aula, acabando por manter em um espaço de 48 m²

(quarenta e oito metros quadrados) uma diversidade de ponto de vista sobre o mundo onde cada um tem sua particularidade fator que exige um ensino diferenciado.

A escola assegura, em sua proposta no tópico de valores: a sensibilidade, onde busca assegurar ao educando seu espaço dentro da sociedade como ser crítico; a igualdade, comprometendo-se em garantir o acesso e a permanência do aluno no ambiente escolar; a identidade, visando oferecer um estudo que atenda as necessidades da sociedade local e por fim a inovação, que busca discutir no coletivo qual o melhor plano a seguir e que pode contribuir para um avanço na qualidade de ensino a ser oferecido aos alunos.

No tema missão, a escola em questão, prima por um ensino diplomático, ou seja, voltado para o diálogo aberto entre professor e aluno no transcorrer do processo de ensino/aprendizagem, buscando valorizar a participação do aluno através de seu conhecimento interno. A proposta também contempla os seguintes objetivos: o primeiro é o objetivo da escola, que “tem como premissa maior proporcionar aos alunos uma formação educacional que vise integrá-lo e torná-lo parte da sociedade, preparando-o para o exercício de sua cidadania para que o mesmo seja sujeito de sua história de vida” (Proposta Pedagógica da “EJA”, p 08). Na seqüência temos os objetivos gerais que tratam de ampliar e desenvolver o conhecimento do aluno através de suas competências e habilidades e por fim temos o objetivo específico que segundo consta na proposta, visa:

“[...] oferecer a educação regular, com características adequadas às necessidades e disponibilidades dos jovens e adultos que não tiveram acesso a escolarização da idade própria ou cujos estudos não tiveram continuidade nas etapas de ensino fundamental e médio.” (PROPOSTA PEDAGÓGICA DA “EJA”, p 08).

Em termos de avaliações, a proposta pedagógica contempla várias tendências contemporâneas como a avaliação diagnóstica, formativa e sistemática. Não vimos o nome de avaliação contínua, entretanto, podemos afirmar que em sua proposta a escola contempla esta tendência avaliativa, pois, segundo consta na proposta pedagógica a avaliação: “Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno.” (Proposta pedagógica, p 12). Pudemos observar que as avaliações contempladas na proposta da escola são justamente as tendências teóricas que comentamos no primeiro capítulo deste trabalho.

Dentre as idéias inovadoras apresentadas na proposta pedagógica no que diz respeito a avaliação temos a “ficha descritiva” cujo objetivo é descrever o estágio de desenvolvimento em que se encontra o aluno em cada etapa e em cada área do conhecimento. Esta ficha é preenchida para cada professor e apresentada no conselho de classe.

A proposta pedagógica apresenta a proposta curricular das seguintes áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia, História, Artes e Filosofia. Bem como, as competências e habilidades a serem observadas pelos professores em cada uma destas áreas do conhecimento.

CAPÍTULO 4

A AVALIAÇÃO NA CONCEPÇÃO DO COORDENADOR E PROFESSORES.

Nosso trabalho, neste capítulo, é abordar as concepções que o coordenador, os professores e os alunos têm a respeito da Educação Jovens e Adultos, tendo como base a análise de estudos já feitos. O intuito desta abordagem é discutirmos e refletirmos para melhor compreendermos o funcionamento da “EJA” no ambiente escolar, tendo em vista que, a modalidade é uma novidade, para a comunidade escolar em geral. Esta abordagem só se tornou possível após efetivarmos um trabalho de campo realizado em forma de entrevistas elaboradas com um coordenador, três professores e cinco alunos do ensino médio na modalidade “EJA”.

Através das entrevistas, realizadas foi possível observar se professores e coordenador estão desenvolvendo, na prática, os critérios avaliativos contemplados na proposta pedagógica voltada para educação de jovens e adultos da escola objeto de estudo. Desta forma, reunimos dados necessários para analisar se eles estão atuando em consonância com o que é apresentado na proposta, ou se estão apenas avaliando o jovem e o adulto através de métodos avaliativos próprios. Já constatamos o comprometimento da proposta em realizar uma avaliação voltada para a concretização de uma educação que proporcione a inclusão e a democratização do ensino público, e, em nosso primeiro capítulo pudemos verificar que a avaliação é de fundamental importância para a permanência do aluno dentro do processo pedagógico. Assim, nosso objetivo neste trabalho, é analisar se a avaliação efetivada pelos professores está voltada para estes aspectos.

Para a realização da entrevista com o coordenador e professores, selecionamos e utilizamos as questões abaixo:

- Você conhece a proposta pedagógica voltada para educação de jovens e adultos da escola?
- Qual o conceito de avaliação que se faz presente neste processo?
- Que resultados estes procedimentos tem alcançado?

- Que dificuldades você tem enfrentado para avaliar seus alunos?
- De onde surgiu a idéia de ficha avaliativa?

As questões foram formuladas para que três professores e um coordenador respondessem, sendo os três professores graduados em letras através da UNEMAT e o coordenador graduado em pedagogia que será denominado no presente trabalho, simplesmente por coordenador. Os professores que participaram de nossa entrevista e pesquisa de campo serão identificados neste trabalho como, professor 1, 2 e 3 e alunos 1, 2, 3, 4 e 5. Primeiramente iremos analisar as entrevistas do coordenador, em seguida dos professores e, por último faremos a análise das entrevistas com os alunos.

Solicitei ao coordenador que, comentasse sobre a proposta pedagógica voltada para a educação de jovens e adultos ao invés de responder a questão proposta aos professores, tendo em vista, que ele é responsável direto pela elaboração da referida proposta. Segundo o coordenador:

[...], a mesma surgiu a partir da resolução 180/2000, , onde dá amparo pra escola elaborar sua proposta, baseado nessa lei, nós elaboramos a proposta [...], e, em 2003 a gente já tinha “EJA” no ensino médio e em 2004 nós criamos, nós aprontamos a “EJA” do ensino fundamental. (COORDENADOR)

Em prosseguimento à entrevista, procuramos saber do coordenador, qual o conceito de avaliação que se faz presente neste processo? O coordenador responde da seguinte forma:

[...] A “EJA”, é diferente do ensino regular, ela tem uma avaliação e metodologia diferenciada, primeiro, essa avaliação, ela é voltada [para] aproveitar tudo que o aluno possui, ela é baseada na avaliação probativa, na diagnóstica, e nas tendências contemporâneas,... (COORDENADOR)

Percebemos na fala da coordenadora em contradição pois ao mesmo tempo em que ela fala em avaliação diferenciada voltada à valorização daquilo que o aluno sabe, ela também fala em avaliação probativa, ou seja, que busca a prova. Entretanto, consideramos que mesmo com esta contradição a resposta do coordenador está coerente com a proposta pedagógica tendo em vista que durante a nossa análise pudemos constatar que a referida proposta também vai ao encontro do que autores como Luckesi, Hoffmann, Perrenoud, dentre outros, propõem para a avaliação na atualidade. Entretanto, ao ser questionado se isto ocorre na prática o coordenador respondeu:

Deveria acontecer só que hoje os nossos professores encontram uma grande dificuldade, porque, a maioria usa somente a prova e o teste pra avaliar um aluno, e não é isso que é a proposta da “EJA”, que deixa bem claro que o professor tem que ir aproveitando tudo o que o aluno já sabe, porque segundo a proposta da “EJA” da

prova e teste não se aproveita nada. [...], infelizmente os professores trabalham igual ao regular, porque, porque hoje apesar da proposta ser criada, teve até uma certa preparação, mas não existe um rumo sobre a “EJA”, então os professores experimentam e com a dificuldade [existente], se torna impossível o professor trabalhar com esse tipo de instrumento, é que a gente não tem um laboratório, a escola não conta com isso então o professor trabalha na medida que ele alcança.(COORDENADOR)

Em seu comentário sobre aproveitar o conhecimento trazido pelo aluno, o coordenador está correto, pois, é isto que a proposta pedagógica determina, e que se afina com concepções como a do educador Paulo Freire, que tanto lutou por um ensino de qualidade para educação de adultos, conforme mencionamos em nosso segundo capítulo, Freire questiona:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles tem como indivíduos? Por que não discutir as implicações e ideológicas de tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida nesse descaso? (FREIRE, 2004, p 30-31).

Ainda no que diz respeito à fala do coordenador vimos que, na realidade não existe uma coerência entre o que está proposto e a prática em sala de aula, ou seja, de acordo com o discurso do mesmo a proposta não está sendo atendida na prática. Isto nos leva a questionar se existe comprometimento por parte dos professores em realizar uma mudança para que o ensino dos jovens e adultos seja efetivamente elaborado para este perfil de alunos. A resposta do coordenador nos mostra que os professores que atuam na “EJA”, trabalham de forma igual aos que trabalham com alunos do ensino regular, fazendo uso dos mesmos procedimentos. Isto nos leva à constatação de que não estão sendo cumpridas as determinações do Parecer 11/2000 que estabelece as funções: Reparadora, Equalizadora e Qualificadora, para educação de jovens e adultos, amplamente comentadas em outro capítulo. Além do parecer 11/2000, temos também a proposta pedagógica da escola já comentada no capítulo anterior onde observa – se claramente que o objetivo específico proposto para os alunos da “EJA” é oferecer uma educação igual ao ensino regular, no que se refere a quantidade de dias letivos que são duzentos dias de acordo com a lei e, uma carga horária mínima de 800 horas. Entretanto, que seja trabalhada com os alunos da “EJA” uma metodologia que atenda aos anseios e individualidades deste perfil de alunos, pois, são pessoas excluídas da educação por diversos motivos como por exemplo a falta de escola, o difícil acesso, a falta de motivação por se tratar de pessoas já prejudicadas pela avaliação tradicional em outros momentos de suas vidas e que não tiveram chance ou incentivos de prosseguir para série ou grau subsequente. Ao mencionar que, a proposta pedagógica deve valorizar e respeitar o

conhecimento prévio do indivíduo, o coordenador está correto. Porém, colocamos objeções quando o mesmo afirma que de provas e testes não se aproveita nada. Primeiramente porque a proposta não menciona este fato, ao contrario ela aponta a avaliação probativa como um dos caminhos, e, também porque acreditamos não ser possível que não se tire proveito algum de provas e testes, eles não devem ser os únicos instrumentos a serem utilizados, mas, isto não quer dizer que não tenham utilidade alguma, pois, segundo Souza (2003):

A retomada dos antigos instrumentos da prática escolar, como prova, testes, se utilizados no final de pequenas unidades, permitiria a avaliação contínua, com a possibilidade de revisões durante o processo de aprendizagem. [...] o problema não são os instrumentos, [...], atribuindo todas as mazelas da avaliação à utilização de provas, mas, o uso que se faz dos instrumentos, isto é, da concepção de educação que suporta o processo de avaliação. (2003, p 136)

Conforme pudemos observar e inclusive comentamos no primeiro capítulo deste trabalho, a prova utilizada como uma arma para ameaçar o aluno ou até mesmo, com a finalidade de apenas mensurar o mesmo, deixando de observar seu potencial cognitivo, se torna um método retroativo de avaliar, entretanto, não é ela enquanto instrumento de avaliação o carrasco do fracasso escolar, mas sim os que dela fazem mal uso. Ainda segundo Souza (2003), há professores que utilizam outros tipos de instrumentos de avaliação, descartando a prova. Na verdade esta não é a melhor solução, uma vez que, para a autora, se a prova fosse utilizada como instrumento de diagnóstico seu efeito provavelmente seria de fornecer melhores subsídios para alunos e professores dentro do processo pedagógico. É justamente este o ponto crucial da avaliação amplamente, criticado por nós no início deste trabalho, é o fato dos instrumentos como prova teste ou exame, serem utilizados como instrumento de punição contra ao aluno devido ao seu comportamento ou até mesmo à sua dificuldade de compreender algum conteúdo, pois, segundo Luckesi (2005): “Os professores utilizam as provas como instrumentos de ameaça e tortura prévia dos alunos, protestando ser um elemento motivador da aprendizagem” (p. 18). Na terceira questão o coordenador confirmou os comentários anteriores, onde o mesmo reconhece que na prática não são desenvolvidos os procedimentos avaliativos, que a proposta pedagógica da “EJA” contempla. Na seqüência perguntamos a ele: Que dificuldades você acredita que os professores têm encontrado para avaliar os alunos? Isto porque o coordenador não está na sala, mas, sabe de toda a problemática da sala de aula por ser um intermediador entre pais, professores e alunos. Ele nos afirmou que os professores reclamam do pouco tempo que eles têm para fazer a avaliação de todos os alunos principalmente na questão progressão amparada pela Resolução 150/99, que dá o direito ao aluno de progredir de uma série ou fase para outra subsequente, desde que, ele atinja as competências e habilidades necessárias. Segundo o coordenador:

[...], principalmente no primeiro bimestre onde nós temos a progressão, e durante os cinquenta dias letivos, o professor sente dificuldade em estar conhecendo o aluno diretamente porque é o que diz a proposta, você tem que aproveitar realmente o que o aluno sabe, [...] (COORDENADOR).

Esta explicação não se refere a todo o processo avaliativo de toda uma fase estudada pelo aluno, e sim à progressão prevista na Resolução 150/99-CEE/MT, onde está assegurada ao aluno, a progressão de uma fase para outra. Neste sistema o aluno elabora sua matrícula no início do ano letivo na modalidade “EJA” e ao fim do primeiro bimestre os professores se reúnem em conselho de classe para definirem quais os alunos que têm condições de progredirem para a fase subsequente, fato que só poderá ocorrer, conforme já dissemos desde que o aluno desenvolva todas as competências e habilidades necessárias. Chamo a atenção do leitor para este fator que tem gerado tanta confusão entre alunos e professores, pois, devido a progressão, alguns deles ainda acreditam que a “EJA” continua sendo uma espécie de ACELERAÇÃO ou Suplência, quando na verdade a progressão prevista na resolução mencionada acima é direito do aluno de qualquer modalidade, seja ciclada, seriada ou “EJA”.

Finalmente, perguntamos ao coordenador de onde surgiu a ficha avaliativa e qual a finalidade da mesma. O coordenador acredita que a ficha surgiu durante a implantação do CBA (Ciclo Básico de Aprendizagem), segundo ele:

[...], surgiu no “CBA”, aí posteriormente foi para a escola ciclada e da escola ciclada passou pra ACELERAÇÃO, aceleração hoje é a “EJA”, então na verdade essa ficha surgiu com objetivo do professor relatar todos os avanços e dificuldades que o aluno possuía, mas, as escolas foram criando algumas regrinhas quanto a esta ficha e foram elaborando fichas com notas, e, não é [este] o objetivo da “EJA”, e não foi criada para isso, o objetivo dela é exatamente estar descrevendo os avanços e as dificuldades que os alunos apresentaram no momento, porque a ficha não é permanente, ela é o que o aluno realmente apresenta no momento, é dentro das competências e habilidades exigidas por cada fase. (COORDENADOR)

Como podemos observar na fala do coordenador, a proposta da “EJA” contempla uma avaliação individual no sentido de observar quais as dificuldades e avanços que cada aluno possui seguindo as concepções de avaliação contínua mediadora, diagnóstica e formativa, as quais buscam detectar qual o problema apresentado pelos alunos ou na metodologia utilizada pelo professor e a partir daí buscar soluções para melhorar o processo pedagógico.

Agora analisaremos as entrevistas dos professores, tecendo alguns comentários entre a concepção deles e a do coordenador entrevistado. No que diz respeito ao conhecimento da proposta assim como o coordenador o professor “1” também afirma ter participado da elaboração da proposta, entretanto, não faz nenhum comentário sobre a mesma. O professor 2 responde que conhece a proposta e comenta que a mesma veio atender ao anseio da comunidade escolar, tendo em vista, que é uma metodologia direcionada para jovem e adulto

e, sendo assim, ele vê na EJA, um ensino diferenciado. Segundo este professor: “[...], o aluno da EJA é aquele aluno que trabalha o dia todo, que está numa idade já defasada e possui mais dificuldade no processo de aprendizagem” (professor 2).

Já o professor 3, responde que conhece a proposta, porém, admite que os professores não estejam preparados para trabalhar esta modalidade conforme consta na proposta. Para este professor: “[...], o que falta é mais aperfeiçoamento da nossa parte que é pouco, para estar trabalhando com os alunos” (professor 3). Entendemos aqui, que existe ainda pouca compreensão a respeito da proposta da “EJA”, e acreditamos que a realização de cursos mais objetivos no que se refere à proposta que a referida escola tem, poderia servir como respaldo para os professores caminharem juntamente com a escola para um ensino de melhor qualidade. Entendemos também que é necessário rever a própria proposta pedagógica em conjunto, pois, se o processo não está condizente com o que está proposto, a solução é discutir e refletir sobre ele, na busca de soluções para uma avaliação que proporcione a permanência do aluno no processo pedagógico. É a partir da proposta que os professores em conjunto com a coordenação escolar planejam quais os melhores caminhos a seguir. Nossos estudos mostraram que a escola em questão, pelo menos na teoria já planejou bem o caminho a ser percorrido, garantindo em sua proposta as novas tendências avaliativas, mas isso de nada adianta se ela não for praticada.

No que se refere à concepção de avaliação, o professor 1, diz que na verdade há muita confusão em saber qual o conceito de avaliação que se faz presente na proposta: “A avaliação, pelo que percebo não tem uma definição.” (professor 1), desta forma, o professor coloca em questão o próprio trabalho, tendo em vista, que o mesmo afirmou durante a primeira questão que fez parte da elaboração da proposta. Fator que demonstra que este professor não está envolvido realmente com as tendências avaliativas contempladas na proposta. O professor 2, por sua vez, sugere que: “Esse tipo de avaliação só vai realmente funcionar se o aluno estiver ciente de que ele está sendo avaliado, segundo ele: “[...] temos que falar que o aluno foi avaliado diariamente a partir das presenças e da participação em sala de aula, [pois] pra este tipo de avaliação funcionar o aluno tem que estar ciente de que forma ele está sendo avaliado”. Isto quer dizer que a avaliação diagnóstica contemplada na proposta não funciona na prática, se o aluno não participar ativamente do processo. Segundo Luckesi:

Para que a avaliação funcione para os alunos como um meio de autocompreensão, importa que tenha, também, o caráter de uma avaliação participativa. Por participativo, aqui, não estamos entendendo o espontaneísmo de certas condutas auto-avaliativas, mas sim a conduta segundo a qual o professor, a

partir dos instrumentos adequados de avaliação, discute com os alunos o estado de aprendizagem que eles atingiram (2005, p. 84)

O professor 3, apresentou coerência quanto ao conceito de avaliação que está na proposta. Segundo ele: “É o conceito de avaliação continuada, você avalia o aluno num todo. Por exemplo, você avalia o aluno não só na prova ou no trabalho, você avalia o aluno continuamente dentro da sala de aula, no desenvolvimento dele nos trabalhos, [...]”. De acordo com a proposta pedagógica da escola objeto de estudo, a avaliação: “Acontece contínua e sistematicamente por meio de interpretação qualitativa do conhecimento do aluno.” (Proposta pedagógica, 2004, p. 12) esta proposta vem ao encontro da concepção de avaliação de Jussara Hoffmann. Segundo a autora a avaliação contínua mediadora:

“[...] acaba por negar a suposta neutralidade do papel do educador/avaliador – de observar, reunir dados sobre o aluno e apresentar verdades (muitas vezes arbitrárias) – passando a lhe atribuir um papel de questionador, de participe do processo de ensino aprendizagem do estudante, [...]” (1998, p. 139-140).

Prosseguimos em nosso trabalho indagando o professor 1 quanto à terceira questão, que busca saber que resultados os procedimentos avaliativos tem alcançado. Este professor afirma que:

Você avalia, não avaliando o aluno, vai pelo todo, dependendo daquele [professor], o que ele argumentou sobre o aluno, ou o que eu falei, o que fulano falou é o que vai [dizer] se realmente o aluno é bom, mas não que eu tenha esse conceito, se o cara é bom ou é ruim, não chega num consenso, é a sorte, o dia da sorte dele, ele vai passar ou vai reprovar, esse é o perigo da questão da “EJA”, mistura-se tudo, o lado pessoal, o lado profissional, mistura tudo que você pode imaginar, [...] chacoalha tudo e o resultado joga o que der..., o que virar virou.

Esta não deve ser a forma de avaliar alunos de modalidade alguma muito menos da Educação de Jovens e Adultos, pois, o papel da escola não é avaliar um aluno pela sorte dele, se fosse este o procedimento adotado por alguma escola, seria melhor que inventasse um jogo de loteria para o aluno ser promovido de uma série ou fase para outra subsequente ou até mesmo para a aquisição de certificado. Na realidade já temos um sistema bem semelhante a este que é o exame supletivo ou vulgo “Provão”, pois, o que mais ouvimos em nossa experiência profissional na educação, são alguns alunos ao verificar o resultado do exame supletivo da educação básica dizerem: “nossa que sorte eu não sabia nada de matemática e passei”; “nunca vi matéria de química em minha vida e passei!”; “não sei falar nem o português corretamente muito menos escrever correto e passei em inglês!”; “estudei só até a quarta série e eliminei o primeiro grau em dois provões que eu fiz”. Não quero aqui dizer que todas as pessoas que prestam o exame supletivo desconheçam as disciplinas em que foram aprovadas, entretanto, um bom contingente das pessoas que são aprovadas, além de mostrarem-se surpresas com o resultado, alegam que jogaram no bicho. Devido a este

agravante comparamos a avaliação a um jogo de loteria, pois, a pessoa que realiza este tipo de jogo escolhe os números que acredita que serão os premiados e joga, mas, o fato é que muito mais pessoas são premiadas no exame supletivo do que na loteria.

Defendemos a idéia de que a promoção ou aprovação de um aluno não possa ter nada a ver com o seu dia de sorte e sim com sua capacidade de desenvolver suas competências e habilidades. Todavia, não podemos fechar nossos olhos para um fator crucial com o qual nos deparamos em todas as questões, a falta de preparação dos profissionais. Observamos que há muitas divergências entre os professores quanto à aprovação ou não do aluno, centralizando a discussão apenas neste ponto. Segundo Souza os pré- conselhos:

[...] expressam se por meio de opiniões de professores sobre os alunos, sobre a sua possibilidade de prosseguimento ou não nos estudos. Assim ora vence uma posição, ora vence outra, ficando a aprovação ou reprovação do aluno dependente de uma boa defesa ou um bom ataque. (2003, p 101)

Entretanto, a falta de consenso entre os professores não quer dizer que o aluno deverá contar com a sorte para prosseguir seus estudos. O ponto principal observado na fala da professora nos leva a constatação da falta de uma política avaliativa definida, através de intensos debates no decorrer do ano letivo almejando esclarecer o processo avaliativo praticado pela escola e previsto em sua proposta.

Segundo alguns professores, os mesmos vão para os seminários da “EJA” uma vez por ano, mas, não conseguem nortear a “EJA”, principalmente ter uma noção do que vem a ser avaliação nesta modalidade.

Na sequência, o professor 2 afirma que os procedimentos alcançados são satisfatórios, enquanto que o professor 3, continua insistindo na necessidade de uma melhor preparação dos professores, segundo ele: “Esse processo, ele tem uma deficiência porque nós professores teríamos que estar mais preparados [...] e falta um pouco de aperfeiçoamento de nossa parte, [...]”.

No que diz respeito a dificuldades enfrentadas ao avaliar seus alunos, o professor 1, alega que: tanto ele como seus colegas de trabalho não chegaram em um consenso do que realmente vem a ser a maneira correta de avaliar seus alunos conforme consta na proposta, para ele: “[...], ninguém está conseguindo dizer, eu vou avaliar assim, e assim é o correto, porque nós não temos essa estrutura, nós não temos leitura suficiente pra avaliar isso, tentamos avaliar, [...]” (professor 1). Já para o professor 2, a maior dificuldade de avaliar os alunos está no fato de ser uma clientela diferenciada, sendo em sua maioria trabalhadores,

chefes de famílias, donas de casa, mães solteiras, e pessoas afastadas há um bom tempo do sistema educacional, segundo este professor:

“A maior dificuldade que nós encontramos é porque nossos alunos são alunos que trabalham o dia inteiro, que às vezes tem que sair do serviço mais tarde, então você não pode prejudicar o aluno porque ele não pôde vir, porque ele está com um filho doente, porque ele teve de fazer uma hora extra no trabalho, então fica complicado, como é que você vai avaliar esse mesmo aluno que não pôde estar presente sendo que ele tem uma justificativa por ter faltado.” (PROFESSOR 2).

Nesta resposta observamos coerência com a proposta pedagógica, pois, na fala do professor o perfil de aluno que a modalidade atende é o aluno que trabalha o dia inteiro, e, é chefe ou mãe de família, é justamente para este perfil de aluno que a “EJA”, foi elaborada. Porém, podemos constatar mais uma vez a insegurança e as dúvidas dos professores para enfrentar este tipo de situação. Nossos professores não estão preparados para lidar com a adversidade. Isto faz com que tenham tantas dificuldades para avaliar alunos tão diferentes.

O professor 3, alega que a dificuldade está no fato da avaliação levar em consideração, não apenas o resultado da prova, uma vez que a mesma deve ser continuada, formativa e diagnóstica. Desta forma, o professor tem que atentar para as dificuldades e desenvolvimento de todos seus alunos. Segundo ele:

[...], a questão da avaliação ser uma avaliação assim, do todo e não só aquela prova como era antes, se encontra algumas dificuldades, mas todas as dificuldades encontradas, nós procuramos saná-las pra que o aluno tenha um bom desempenho e desenvolvimento em sala de aula. (PROFESSOR 3).

O professor alega em seu discurso o fato da avaliação continuada supostamente estar praticada como um avanço e não como uma ‘dificuldade’, entretanto, o mesmo não está em consonância com os demais colegas, uma vez que, os outros dois professores e o coordenador não confirmam esta prática avaliativa, apenas o coordenador que afirma que a mesma está contemplada na proposta pedagógica e alega, conforme citamos anteriormente, que não funciona na prática, por falta de preparação por parte dos professores.

No que se refere às fichas avaliativas, perguntamos aos professores de onde surgiu a idéia das mesmas. O professor 1, afirmou que as mesmas são documentos que surgiram pela necessidade de registrar como o aluno estava se desenvolvendo. Segundo a professora:

[...] não tinha como você dizer [...] como foi o desenvolvimento do aluno, pra você descrever o que é que foi que você avaliou tal aluno foi bem ou foi mal nesta matéria, em que ele cresceu e no que ele continuou na mesma, pra você descrever o que você percebeu o que foi possível você ver do seu aluno para isso foi criada a ficha. Só que é uma faca de dois gumes, se você disser que o aluno entrou na mesma e saiu na mesma você está se auto punindo, mas o que você fez pra mudar? Então é preferível eu dizer assim, se todo mundo escrever lá embaixo..., Olha o aluno foi muito bom, desenvolveu bem, então vou escrever igualzinho a eles, [...] (PROFESSOR 1)

Percebe-se na fala do professor a insegurança em admitir o fracasso escolar do aluno temendo que ao fazer isto, estará atestando sua falha como profissional. A posição do professor está de acordo com o alerta feito por Hoffmann conforme comentamos em nosso primeiro capítulo. Segundo a autora:

Nada mais natural que se perceba a inquietude dos educadores frente a essa tendência contemporânea de avaliação. [...] o fracasso do aluno passa a ser interpretado como o fracasso do professor e/ou da instituição de ensino. (HOFFMANN, 1998, p. 138).

O professor 2, apenas comenta que a ficha surgiu através da escola ciclada, mas, não faz nenhum comentário sobre a necessidade de seu uso. O professor 3, diz que não sabe de onde surgiu a ficha, mas afirma que antes elas eram fichas de marcar “x” nos objetivos alcançados pelos alunos, e, devido à necessidade de formular uma ficha para avaliar os jovens e adultos, optaram pela ficha descritiva, até porque, a avaliação descritiva é uma recomendação da SEDUC.

Pudemos notar nas respostas dos professores entrevistados que eles dominam pelo menos na oralidade ficha avaliativa, entretanto, não estão preparados para admitir suas falhas, pois, as fichas não são utilizadas no decorrer do processo avaliativo, mas, apenas ao final do ano letivo para servir de resultado de aprovação (promoção) ou reprovação (retenção), e, não é esta a sua função. Hoffmann afirma que os relatórios: “[...] devem resultar de anotações freqüentes, sobre o cotidiano de cada criança, de modo a subsidiar permanentemente o trabalho junto a ela, desvelando caminhos ao educador para ajudar a ampliar suas conquistas” (2004, p 87).

4.1 – A AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS DA EJA

A sequência de nossos trabalhos apresentaremos as entrevistas realizadas com os alunos da escola objeto de estudo. Desta forma, iremos observar qual a concepção que os alunos têm da modalidade “EJA”. Para este trabalho de entrevista, questionamos cinco alunos todos matriculados e cursando a referida modalidade. Os alunos entrevistados serão identificados aqui como aluno: 1, 2, 3, 4 e 5. Sendo os alunos 1, 2 e 3 matriculados e cursando a 3ª fase (série) do Ensino Médio “EJA”, destes, os alunos 1 e 2 progrediram da 1ª para 2ª fase no início do segundo bimestre do ano de 2004 amparados pela lei 150/99. Os alunos 4 e 5,

estão matriculados e cursando a 2ª fase do Ensino Médio “EJA”, tendo os dois iniciado o ano letivo na 1ª fase, entretanto, conseguiram ser progredidos da mesma forma que os mencionados anteriormente. As questões utilizadas na entrevista com os alunos foram:

- Você conhece a proposta pedagógica da educação de jovens e adultos da escola?
- O que você sabe sobre a avaliação na EJA?
- Que resultados a avaliação tem alcançado?
- Que dificuldades você tem enfrentado durante as avaliações?
- Você conhece a ficha avaliativa? Sabe como ela surgiu?
- Você participa da modalidade “EJA” desde que fase (série)?

A primeira pergunta foi respondida por todos os alunos de modo afirmativo, eles conhecem a proposta pedagógica da escola, porém, nenhum deles demonstrou através de seus comentários um conhecimento mais objetivo da referida proposta. Ao darmos sequência em nosso trabalho perguntamos aos alunos o que sabiam sobre a avaliação na educação de jovens e adultos. O aluno 1 respondeu que para ele a avaliação é: “[...], a participação e alguns trabalhos que são feitos individualmente ou em grupo onde os professores estão avaliando os alunos.”. O aluno 2 acredita que a participação é o bastante para serem avaliados. Segundo ele: “[...] a gente tem que manter a presença em sala de aula, ter participação ativa”, para o aluno 3, não basta a presença tem que buscar a aquisição de conhecimento. Segundo ele: “Avaliação marcada pela presença, interesse nas aulas e mesmo a participação, um pouco do entendimento da matéria, tem que saber, ter conhecimento da matéria.” (aluno 3). Os alunos 4 e 5 alegam também, que a participação é o principal fator de avaliação, mas, citam também a aplicação de teste e provas como instrumentos utilizados para avaliá-los.

Observamos que alguns alunos possuem uma concepção ingênua a respeito do que vem a ser a avaliação, preocupando-se mais com a participação em sala de aula do que em ampliar seus conhecimentos, isto não se afina com a proposta pedagógica da escola em questão, não se afina com as falas dos professores aqui entrevistados e muito menos encontra respaldo na concepção dos autores aqui abordados. Segundo Hoffmam:

A sala de aula é o espaço do questionamento, da atividade intelectual interna do sujeito aprendiz sobre o objeto do conhecimento. Atividade que não deve ser entendida apenas no âmbito do “fazer”, “aplicar”, “manipular”, mas da atividade mental, no sentido do aluno estar envolvido em pensamento e sentimentos com assuntos trabalhados (1998, p. 53).

A terceira questão diz respeito ao resultado que a avaliação têm alcançado na concepção dos alunos? Para todos os alunos os resultados têm sido satisfatório, mas, nenhum deles especifica de que modo isto tem acontecido ou mesmo se tem conquistado avanços neste ou naquele conteúdo ou ainda se tem se desenvolvido melhor pela forma diferenciada de aprendizagem da “EJA”. Dentre os entrevistados, três deles comentam sobre a aplicação de provas, e o aluno 2 diz o seguinte:

“[...], eles avaliam a gente muito bem, aqueles que se interessam e procuram se desenvolver mais, ter mais participação em sala de aula, estes são os avaliados dos professores, pela nota, tem que ter boa nota também, se não, não consegue passar.” (ALUNO 2).

Percebemos na fala destes alunos à incoerência entre prática pedagógica e a proposta voltada para educação de jovens e adultos da referida escola, bem como, a incoerência também desta prática com as concepções contemporâneas, tendo em vista que, a prova não se preocupa com os outros aspectos da formação do aluno. Segundo Luckesi: “As provas e exames são realizados conforme o interesse do professor ou do sistema de ensino. Nem sempre leva em consideração o que foi ensinado” (2005, p. 23).

A questão da nota não pode passar despercebida, pois, de acordo com o discurso do aluno, ele tem que tirar nota boa, caso contrário não poderá ser aprovado (promovido). No primeiro capítulo fizemos um breve comentário sobre a avaliação por mensuração, e comentamos que a mesma serve apenas para medir o aluno durante o processo pedagógico, sem se preocupar com os avanços ocorridos e as dificuldades a serem sanadas. Segundo Luckesi: “As notas são operadas como se nada tivessem a ver com a aprendizagem. As médias são médias entre números e não expressões de aprendizagem bem ou malsucedidas” (2005, p. 23).

Continuamos a entrevista, questionando se os alunos tinham alguma dificuldade com relação à avaliação durante o processo de ensino/aprendizagem. Os alunos 2 e 3, acreditam que a maior dificuldade é o tempo em que ficaram fora da sala de aula, para eles este um fator que promove muitas dificuldades. O aluno 3, embora tenha ficado muito tempo fora da sala de aula, relaciona sua maior dificuldade apenas à aprendizagem da disciplina de matemática: “[...], por exemplo matemática é meu ponto difícil, mas nas outras a gente tem bastante facilidade, porque a gente tem um entrosamento muito grande também, até mesmo com os professores, então você vê muita facilidade” (aluno 3).

O aluno 4, afirma que é complicado ser avaliado pelos professores sem saber sobre o seu andamento, como por exemplo, se o mesmo avançou, se ele desenvolveu alguma competência

e habilidade, ou até mesmo, se tem dificuldades para ser superadas durante o processo pedagógico. Isto nos remete a análise anterior feita sobre o discurso do professor, onde um deles questiona a falta de participação do aluno no processo, fato este que já comentamos, não ter nada a ver com a proposta da referida escola e com as novas concepções avaliativas.

Ao serem questionados sobre a ficha de avaliação, se os mesmos a conheciam e como elas havia surgido, todos os alunos foram unânimes em responder que desconheciam este instrumento. Chegamos a insistir, indagando alguns deles se os professores haviam avaliado individualmente anotando seus avanços e dificuldades em algum tipo de ficha ou relatório, e, a resposta novamente foi não. Percebemos mais uma vez a prática de avaliação no sentido fechado e limitado ao poder de decisão do professor, onde, apenas ele determina o sucesso ou fracasso do aluno.

Prosseguimos com nosso trabalho fazendo a seguinte pergunta: desde que fase (série) você está estudando na modalidade “EJA”? O aluno 1 respondeu que está estudando nesta modalidade desde a 7ª/8ª fase (série) do Ensino Fundamental, o aluno 2 afirmou que se matriculou nesta modalidade desde a 6ª fase (série) do Ensino Fundamental, o aluno 3, iniciou na 2ª fase (série) do Ensino Médio. Há uma particularidade na resposta do aluno 4, pois, o mesmo afirma que entrou na 1ª fase (série) do Ensino Médio, entretanto, sem ele menos esperar estava promovido para a 2ª fase, segundo ele:

“[...] eu comecei no ano passado aqui fazendo o 1º quando eu transferi pra cá, eu entrei pra fazer o 1º ano, eu nem sabia desse projeto da “EJA” e aí tinha uma promoção que em 50 dias se você conseguisse a nota que exigia você poderia estar passando para o 2º ano, eu consegui, sem saber, assim, eu não esperava e estou fazendo o 2º” (ALUNO 4).

O aluno 5, respondeu que começou na 1ª fase (série) do Ensino Médio. Como pudemos observar a falta de conhecimento do que vem a ser a Educação de Jovens e Adultos é enorme, o que acaba por tornar o processo de ensino/aprendizagem mais complicado. Tendo em vista que a maioria destes alunos já estão na “EJA” há algum tempo e mal conhecem a proposta pedagógica desta modalidade. Em seguida o aluno citado afirma ter sido progredido para a fase subsequente sem ter tido qualquer expectativa relacionada a tal resultado, fato este, que nos remete a supor que houve uma aprovação possivelmente “facilitada” baseada apenas no desempenho cognitivo e este não é o objetivo da proposta pedagógica da “EJA”, nem das novas concepções de avaliação, pois, segundo Souza:

Também o facilitar a aprovação não permite reduzir verdadeiramente o fracasso, pois esta se dá como uma medida isolada, não acompanhada de um trabalho subsequente que efetivamente dê condições de superação das dificuldades (2003, p. 105).

A escola não pode equivocadamente entender que aprovação do aluno é a solução para o problema da exclusão e da prática antidemocrática no ambiente escolar, entretanto, deve-se fazer um diagnóstico da própria atividade pedagógica da escola no intuito de oferecer um ensino qualificado, onde os alunos possam tornar-se sujeitos ativos e não meros produtos no processo embrenhados na passividade. Segundo Hoffmann:

O ensino, visando a construção do conhecimento, não nega a importância da aula expositiva, da formalização dos conteúdos pelo professor, mas exige a promoção e o debate, da oportunidade de expressão de idéias pelo estudante, do confronto de idéias entre os alunos e entre professor e alunos (2001 p. 53).

De acordo com as novas concepções de avaliação, percebemos durante nosso trabalho que a avaliação não deve estar centrada apenas no aluno, mas, têm como objetivo refletir e analisar as metodologias utilizadas pelo corpo docente da escola. Se o aluno não consegue avançar, se ele não tem estímulo para permanecer no processo de ensino/aprendizagem, o professor tem que rever sua prática como profissional, uma vez que, que a avaliação diagnóstica não é apenas para avaliar o aluno, ela propõe que o professor faça parte do processo avaliativo. Nada poderia ser mais óbvio, uma vez que, o corpo docente deve estar comprometido com o andamento dos alunos no processo, pois, na avaliação contínua na concepção de Hoffmann, se os alunos fracassam, os professores fracassam também, se os alunos alcançam êxito, o êxito também é do professor, bem como, da própria escola e do próprio sistema educacional, segundo ela:

Diria, em síntese, que os professores não são “culpados” pelos resultados obtidos pelos alunos, mas são, sim, responsáveis. Serão, entretanto, culpados se não forem comprometidos no sentido de buscarem seu aperfeiçoamento e se não preservarem a sensibilidade ao lidar com a complexidade do processo. (1998 p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que para conseguirmos avançar rumo a uma educação democrática e qualificadora é necessário que nós, enquanto profissionais da educação, venhamos a despertar para a realidade, ou seja, encarar o quadro atual da educação no Brasil, especificamente no Estado de Mato Grosso como um desafio. É momento de refletir e repensar nossa maneira de conceber a avaliação ou então não conseguiremos avançar no processo pedagógico e desta forma não avançaremos também em nosso compromisso político com a educação brasileira.

Pensamos desta forma, porque não há espaço e não há como prosseguir com um compromisso político educacional, estando ligados a fortes raízes tradicionalistas onde o objetivo é permanecer na prática da exclusão social. Podemos dizer que os esforços de alguns professores e até mesmo da política governamental, voltada para a educação de jovens e adultos, não tem surtido muito efeito, pois, no presente trabalho isto fica mais do que evidente através do discurso dos entrevistados.

Os jovens e adultos de hoje, quando crianças, passaram boa parte de suas vidas dentro do ambiente escolar, mas, a maioria deles abandonaram este local de aprendizagem antes mesmo de chegarem à conclusão do ensino fundamental por diversos motivos, já amplamente discutidos na literatura sobre fracasso escolar, como por exemplo: não conseguirem tirar nota boa; dificuldades encontradas em compreender alguns conteúdos da disciplina de matemática e por encontrarem dificuldades na aquisição da leitura e da escrita. Sendo assim acreditamos que a escola deve possibilitar uma melhoria na forma de ver e de pensar o mundo, ou seja, deve lutar por meios que propiciem a inclusão destes alunos já tão prejudicados pelas práticas tradicionalistas de avaliação, pois a exclusão escolar é um grande passo para a exclusão social.

Se a vida já esta difícil para quem conseguiu o nível superior imaginem então como este quadro fica mais agravante para uma pessoa que não tem sequer o ensino fundamental completo. Segundo Caporaline: “[...] o papel atribuído a educação de instrumento de equalização de oportunidades esbarrou no fenômeno do fracasso escolar, mostrando que o simples acesso à escola não significa acesso aos padrões impostos por esta instituição” (1991, p. 30). É por estas e outras barreiras impostas ao indivíduo, que nós, enquanto profissionais comprometidos com uma educação que avance na melhoria do indivíduo, enquanto sujeitos críticos, devemos nos questionar se estamos realmente avançando no processo pedagógico

através da avaliação contínua, investigativa, diagnóstica e formativa. Será que realmente estamos unidos dentro de uma perspectiva onde a avaliação focaliza e valoriza o aluno trabalhando suas competências e habilidades bem como observando sua capacidade? Podemos observar que isto não vem acontecendo de fato na prática cotidiana da escola. Desta forma voltamos a enfatizar a necessidade de refletirmos a atual prática avaliativa e não apenas a nível de educação básica, mas, até mesmo rever como os critérios de avaliação estão sendo trabalhados com futuros professores e formadores de opinião dentro das universidades.

Queremos deixar claro que discutir a avaliação não é nenhum bicho de sete cabeças mas requer compromissos e indagações, pois, o próprio Philippe Perrenoud questiona os reais objetivos da avaliação formativa. Segundo ele: “A partir do momento em que a avaliação formativa se define claramente como fonte de regulação, surge uma questão: ela é única? Ou é a fonte de regulação dentre as outras?” (1999 p. 89). É justamente este o caminho que devemos trilhar, que é o questionamento, uma vez que, esta é uma das melhores faculdades humanas desde o início da civilização com Sócrates, Platão e Aristóteles, pois, o questionamento nos leva à reflexão, que por sua vez nos inspira e nos incentiva a melhorar nosso objeto de reflexão e até mesmo, a maneira de vermos o mundo a nossa volta.

Temos certeza que a escola objeto de estudo não é a única a enfrentar os problemas de avaliação escolar, mas, a modalidade “EJA”, tem sido pouco questionada teoricamente. Pudemos perceber que durante a trajetória da educação de adultos, o que se oferecia era um ensino remendado somente para aliviar o quadro que sempre demonstrou elevado índice analfabetismo no Brasil, deixando de se preocupar com uma educação de qualidade, voltada para o jovem e o adulto. Neste momento histórico em que, pelo menos na forma da Lei, é garantida uma educação de qualidade para este perfil de alunos, torna-se o professor, ou melhor dizendo, a escola de modo geral, a responsável direta em desenvolver meios para que o jovem e o adulto possam ter uma educação de qualidade.

Sabemos que a escola conta com pouco respaldo de sua mantenedora, mas, no que se refere a uma avaliação de qualidade para garantir o acesso e a permanência do aluno, é da escola o dever de desenvolver tal função. Queremos deixar claro aqui que a escola objeto de estudo já está revendo as avaliações praticadas entre seus profissionais inclusive encontram-se em ampla discussão de como devem proceder quanto à ficha avaliativa, que, como detectamos, encontravam-se com informações superficiais para ajudar no processo de ensino/aprendizagem. Entretanto, este trabalho foi elaborado para que possamos despertar para este fato constante no cotidiano escolar que é a avaliação. Nosso intuito é trazer a

avaliação para reflexão docente em todos os âmbitos, mas, principalmente na modalidade “EJA”.

Acreditamos que um dos fatores que colaboram para um quadro tão discrepante quanto à concepção que os profissionais tem da educação escolar é a superficialidade com que este assunto é tratado no ensino superior, talvez isto ocorra devido a uma matriz curricular que contemple uma carga horária insuficiente para as disciplinas que tratam objetivamente da educação que é justamente onde nós enquanto professores iremos atuar em pleno exercício da docência.

Durante nosso trabalho notamos muita falta de informações por parte dos alunos e dos professores, o fator que tem dificultado muito o processo pedagógico. As avaliações não seguem o perfil determinado pela Proposta Pedagógica da Escola que é elaborada de acordo com a legislação em vigor.

Constatamos que as escolas não estão preparadas para esta modalidade, não estão assimilando a mudança observamos que a maioria dos professores acredita, que usar a prova como único instrumento avaliativo é a melhor solução, a avaliação não mudou significativamente na escola ciclada e o mesmo está acontecendo na educação de jovens e adultos. É necessário tomar medidas que reflitam na melhoria da educação para adultos ou então continuaremos a repetir as falhas do passado.

BIBLIOGRAFIA

Alfabetização e trabalhadores: O contraponto do discurso oficial / Orlinda Carrijo Melo. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Goiânia/GO; Editora da UFG, 1997.

ANTUNES, Celso: Avaliação da aprendizagem escolar: fascículo 11 – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL, MEC. Ministério da Educação. Educação de Jovens e adultos: Proposta Curricular – 1º segmento. <http://www.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/materiais/eja/volume1/volume1.pdf>

CAPORALINE, Maria Bernadete S. C. A transmissão do conhecimento e o ensino noturno. – Campinas, SP: Papirus, 1991. – (Coleção Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico).

CASTRO, Cláudio Moura. Educação brasileira concertos e remédios. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DEMO, Pedro. Avaliação sob o olhar propedêutico. Campinas, SP: Papirus, 1996 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado & Sociedade. 6ª ed. – São Paulo: Moraes, 1986.

-. Pedagogia da Autonomia. 30ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

VERDIANI, Leda: Letramento e alfabetização I. 5ª ed. – São Paulo, Cortez 2002. – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 47), 2002.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 34 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

-. Pontos e contra pontos: do pensar e agir em avaliação. – Porto Alegre: Mediação, 1998 – 140 p.

-. Revista da Educação AEC – Avaliação educacional ao final do século: uma análise ético-política de novas concepções e metodologias. – H& 108/1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira: Historia da Educação no Brasil. 27ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência á regulação das aprendizagens – entre duas lógicas / Philippe Perrenoud; trad. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SOUZA, Clarilza Prado de: Avaliação do Rendimento Escolar. 11ª. Ed. São Paulo, SP: Papirus, 2003.

VASCONCELOS, Celso: Concepção dialética – libertadora do processo da avaliação escolar: 11ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ANEXO

ENTREVISTA COM COORDENADOR E PROFESSORES

- Coordenador, eu gostaria que você falasse um pouco sobre a proposta pedagógica voltada para jovens e adultos.

- Bom, a proposta da EJA surgiu da resolução 180/2000, [...] onde dá amparo pra escola elaborar sua proposta, de acordo, baseado nessa lei, e a gente elaborou e forjou a proposta para os professores da escola e em 2003 a gente já tinha EJA no ensino médio e em 2004 nós criamos, nós aprontamos a EJA do ensino fundamental.

- Qual o conceito de avaliação que, se faz presente dentro da proposta pedagógica da EJA?

- [...] A EJA, é diferente do ensino regular, ela tem uma avaliação e metodologia diferenciada, primeiro, essa avaliação, ela é voltada [para] aproveitar tudo que o aluno possui, ela é baseada na avaliação probativa, na diagnóstica, e nas tendências contemporânea, observando as competências e habilidades do aluno. Bom, também é trabalhado em cima dos instrumentos de avaliação, o professor tem o caderno de campo onde ele registra todas as atividades do aluno, tem o portfólio também que é um documento arquivado do aluno, o diário reflexivo do aluno, onde o professor relata toda as dificuldades que o aluno apresentou e provas e testes que também é um dos instrumentos de avaliação da EJA mas que não deve ser só provas e testes, tem as filipetas também, que é também um outro instrumento, relatório do aluno e a auto avaliação.

- Você acredita que isso acontece na pratica?

- Deveria acontecer, só que hoje os nossos professores encontram uma grande dificuldade, porque, a maioria usa somente a prova e o teste pra avaliar um aluno, e não é isso que é a proposta da EJA, que deixa bem claro que o professor tem que ir aproveitando tudo o que o aluno já sabe, porque segundo a proposta da EJA da prova e teste não se aproveita nada. Ele tem que aproveitar o que realmente o aluno sabe. Nos trabalhamos com a EJA desde 2003 no Ensino Médio, e, em 2004 no Ensino Fundamental, infelizmente os professores trabalham igual ao regular, porque, porque hoje apesar da proposta ser criada, teve até uma certa preparação, mas não existe um rumo sobre a EJA, então os professores experimentam e com a dificuldade [existente], [...] se torna impossível o professor trabalhar com esse tipo de instrumento, é que agente não tem um laboratório, a escola não conta com isso então o professor trabalha na medida que ele alcança.

- Que dificuldades você acredita que os professores têm encontrado para avaliar os alunos?

- Eles alegam o seguinte, por exemplo, é muito pouco tempo pra ele avaliar o aluno né, já que tem um numero muito grande de alunos, principalmente no primeiro bimestre onde a gente tem a progressão né, durante os cinquenta dias letivos, então ele sente dificuldade de estar conhecendo o aluno diretamente porque é o que diz a proposta, você tem que aproveitar realmente o que o aluno sabe, e dentro disso o professor, ele não tem como, cinquenta dias é muito pouco, eles não acreditam que eles tenham essa

preparação. Eles conhecem o aluno através das provas e testes que eles aplicam, somente em cima disso.

- Onde surgiu a idéia da ficha descritiva?

- Bom a ficha ou, popular relatório do aluno ele surgiu no "CBA", ai posteriormente na escola ciclada e da escola ciclada passou pra ACELERAÇÃO, aceleração hoje é a EJA, então na verdade essa ficha surgiu com objetivo do professor relatar todos os avanços e dificuldades que o aluno possuía, mas, as escolas foram criando algumas..., algumas regrinhas quanto a esta ficha e foram elaborando fichas com notas e tal, e não é o objetivo da EJA, e não foi criado pra isso, o objetivo dela é exatamente estar descrevendo os avanços e as dificuldades que os alunos apresentaram no momento, porque a ficha não é permanente, ela é o que o aluno realmente apresenta no momento, é dentro das competências e habilidades exigidas por cada fase.

PROFESSOR: 1

- Professor, você conhece a proposta pedagógica voltada para educação de adultos da escola?

- Conheço sim, inclusive eu fiz parte da confecção desta proposta.

- Qual o conceito de avaliação que se faz presente nesta proposta?

- A avaliação, pelo que percebo não tem uma definição.

- Quando a gente chega no conselho de classe é que a gente vai avaliar, tem professor que vai até o extremo da modernidade e não faz nenhum trabalho escrito com o aluno, somente oral e avalia o aluno na oralidade dele, e, tem aqueles que só avaliam o aluno na escrita, o que você escreveu, o resultado que você me passou é o que você é [...], e há aqueles também que fazem os dois recursos, a oralidade, a escrita e também o desenvolvimento durante as aulas.

- Que resultado este procedimento tem alcançado?

- Você avalia, não avaliando o aluno, vai pelo todo, dependendo daquele [professor], o que ele argumentou sobre o aluno, ou o que eu falei, o que fulano falou é o que vai pesar se realmente o aluno é bom, mas não que eu tenha esse conceito, se o cara é bom ou é ruim, não chega num consenso, é a sorte, o dia da sorte dele, ele vai passar ou vai reprovar, esse é o perigo da questão da EJA, mistura-se tudo, o lado pessoal, o lado profissional, mistura tudo que você pode imaginar, [...] chacoalha tudo e o resultado joga, o que der ..., o que virar virou.

- Que dificuldades você tem encontrado pra avaliar seus alunos?

- Eu acredito que seja a mesma que os meus colegas ..., [...]ninguém está conseguindo dizer, eu vou avaliar assim, e assim é o correto, porque nós não temos essa estrutura, nós não temos leitura suficiente pra avaliar isso, tentamos avaliar, [...]

como uma psicóloga, [bem] vamos lá, o aluno não está legal hoje não conseguiu produzir bem porque está com problema na família e tal, aí eu sou tachada como boazinha, se eu vou avaliá-lo literalmente como um aluno produzindo seu texto ..., tentou ou não tentou, aí você é muito tradicional, então a gente não sabe...

- Tá todo mundo chocando, [entre] professores, eles mesmo chocando consigo mesmos, isso é que é mais triste, eu tô em conflito comigo mesma. A gente vai a esses cursos, esses seminários que tem, você volta muito mais enrolada, muito mais confusa, daquilo que fez porque todo mundo que vai lá conta um pouquinho de mentira, cada um faz a sua fantasia e apresenta lá.
- Porque o que conduzem esses seminários, eles não estão na nossa realidade, eles [alunos] estão longe da sala de aula há muito tempo.
- De onde surgiu a idéia de ficha descritiva?
- [...] não tinha como você dizer [...] como foi o desenvolvimento do aluno, pra você descrever o que é que foi que você avaliou tal aluno foi bem ou foi mal nesta matéria, em que ele cresceu e no que ele continuou na mesma, pra você descrever o que você percebeu, o que foi possível você ver do seu aluno para isso foi criada a ficha.

Só que é uma faca de dois gumes, se você disser que o aluno entrou na mesma e saiu na mesma você está se auto punindo, mas o que você fez pra mudar? Então é preferível eu dizer assim, se todo mundo escrever lá embaixo... olha o aluno foi muito bom, desenvolveu bem, então vou escrever igualzinho a eles, pra eu não me queimar, se você não fez, eu também não fiz, só fiz o que ele fez...

PROFESSOR: 2

- Professor, você conhece a proposta pedagógica voltada para educação de adultos da escola?
- Com certeza, e, essa proposta que a gente tem da EJA já é um exemplo de que já estamos contemplando essas propostas de avaliação, entendeu, porque a gente está saindo do tradicional, daquela prova escrita e tudo e voltando mais pro... Priorizando o aluno no seu progresso no processo de ensino/aprendizagem. Porque o aluno do ensino regular ele está na sua idade adequada e o tempo dele é somente para o estudo, já o aluno da EJA é aquele aluno que trabalha o dia todo, que está numa idade já defasada e possui mais dificuldade no processo de aprendizagem.
- Você acredita que todos os colegas de trabalho também se adequaram ao que a proposta da EJA determina?
- Olha, nós trabalhamos em equipe, isso é passado para uma equipe, agora se todos trabalham da mesma forma, aí tem que ver de professor para professor, mas a proposta é para todos os professores que trabalhar com educação de jovens e adultos.
- Qual o conceito de avaliação que se faz presente nesse processo?

- *Bom, o conceito é o seguinte que... esse tipo de avaliação só vai realmente funcionar se o aluno estiver ciente da forma que ele está sendo avaliado, porque não adianta nada você chegar com uma proposta secreta entendeu, e depois falar que o aluno foi avaliado diariamente a partir das presenças e da participação em sala de aula, então pra estes tipo de avaliação funcionar o aluno tem que estar ciente de que forma ele está sendo avaliado.*
- **Professora, que resultados este procedimento tem alcançado?**
- *É... de certa forma satisfatórios, pois isso faz com que o aluno participe mais e seja mais aceito na escola.*
- **Você tem encontrado dificuldades de avaliar seus alunos e quais são elas, se você tem encontrado?**
- *A maior dificuldade que nós encontramos é porque nossos alunos são alunos que trabalham o dia inteiro, que as vezes tem que sair do serviço mais tarde, então você não pode prejudicar o aluno porque ele não pôde vir, porque ele está com um filho doente, porque ele teve de fazer uma hora extra no trabalho, então fica complicado, como é que você vai avaliar esse mesmo aluno que não pôde estar presente sendo que ele tem uma justificativa por ter faltado.*
- **De onde você acredita que surgiu a idéia de ficha, qual o seu primeiro contato com essa ficha descritiva ou ficha avaliativa?**
- *O primeiro contato que tive foi com a escola ciclada e eu penso que isso é um... é uma idéia da escola ciclada, então eles só aprimoraram pra formular essa nova ficha da educação de jovens e adultos, mas é uma seqüência das fichas da escola ciclada que já está implantada a alguns anos.*

PROFESSOR: 3

- **Professora Fernanda, você conhece a proposta pedagógica voltada para educação de jovens e adultos da escola?**
- *Conheço, sim e, ela é uma boa proposta, o que falta é mais aperfeiçoamento da nossa parte que é pouco, para estar trabalhando com os alunos.*
- **Professora, qual o conceito de avaliação que se faz presente nesse processo?**
- *É o conceito de avaliação continuada, você avalia o aluno num todo. Por exemplo, você avalia o aluno não só na prova ou no trabalho, você avalia o aluno continuamente dentro da sala de aula, no desenvolvimento dele nos trabalhos, nos exercícios, na presença em sala de aula e tudo mais.*
- **Professora, que resultados esse processo tem alcançado?**

ANEXO

ENTREVISTAS COM OS ALUNOS

- ALUNO 1 :

- **você conhece a proposta pedagógica voltada para a educação de jovens e adultos da escola?**
- *Sim, a gente já está a par devido os professores terem passado em sala de aula, nos colocando a par do assunto, esse ensino é baseado em avaliação em sala de aula por presença e participação.*
- **Qual o conceito de avaliação que se faz presente neste processo, ou seja, tem prova neste processo, teste, além destes instrumentos de avaliação tem outros como participação, etc...?**
- *Sim, tem a participação e alguns trabalhos que são feitos individualmente ou em grupo onde os professores estão avaliando os alunos.*
- **Que resultados esse procedimento tem alcançado no seu ponto de vista como aluno?**
- *Olha, a meu ver, no meu ponto de vista tem dado um bom resultado, onde alguns alunos que participam e se esforçam tenham alcançado um bom resultado no ensino.*
- **Que dificuldades você acredita que tenha encontrado ao longo dessa forma de avaliação, ou não existe?**
- *No começo, pra mim não foi fácil, era difícil devido ao tempo que eu estava afastada do colégio, mas no decorrer do tempo, principalmente agora que a gente já está terminando, eu já não tenho tanta dificuldade, eu já tenho um relacionamento assim, mais família entre o colégio e os professores, então pra gente é mais fácil o ensino.*
- **Você já ouviu falar em ficha descritiva de avaliação?**
- *Não.*
- **Não, nunca ouviu falar, você alguma vez, um professor já sentou com você juntamente com ele através de uma ficha descritiva ou ficha avaliativa?**
- *Não, ainda não.*
- **Você estuda nessa nova metodologia “EJA”– Educação de jovens e adultos desde que série?**
- *Desde a 7ª/8ª.*

- **ALUNO 2 :**

- Você conhece a proposta pedagógica voltada pra educação de jovens e adultos da escola?
- *Sim.*
- Qual conceito de avaliação que se faz presente neste processo, ou seja, como o professor tem avaliado o desempenho de vocês em sala de aula, como você vê isso?
- *Bom, no momento eles avaliam a gente muito bem, aqueles que se interessam e procuram se desenvolver mais, ter mais participação em sala de aula, estes são os avaliados dos professores, pela nota, tem que ter boa nota também, se não, não consegue passar.*
- Então os instrumentos utilizados pra avaliar vocês são: a participação, prova, teste, trabalhos, seria isso?
- *Sim, e a presença.*
- Que resultados você acredita que esse processo tenha alcançado do seu ponto de vista, tem sido bom ou não...
- *Em minha opinião, tem sido bom, porque tem muita gente que está atrasada e tem interesse de terminar o 2º grau pra poder prestar o vestibular, então é muito importante pra gente.*
- Que dificuldades você tem encontrado nesses tipos de avaliações?
- *Às vezes a gente encontra um pouco de dificuldade porque a gente volta pra sala de aula já com um pouquinho mais de idade, já não tem aquela memória né... a gente encontra um pouco de dificuldade, mas a gente procura sempre estar melhorando, entendeu, é isso aí.*
- Você conhece ficha descritiva ou ficha avaliativa?
- *Não.*
- *Bom, eu não entendo direito sobre essa ficha, mas os professores procuram avaliar a gente, procuram conversar, mostram pra gente onde temos que melhorar, então a gente...*
- Você estuda educação de jovens e adultos desde que série?
- *Desde a 6ª série.*
- Então você sempre participou da educação de jovens e adultos?
- *Sim.*

- **ALUNO 3:**
- **Você conhece a proposta pedagógica voltada pra educação de jovens e adultos da escola em que você estuda?**
- *Conheço.*
- **Você acredita que ela contempla os anseios dos jovens e adultos?**
- *Contempla.*
- **Qual o conceito de avaliação que se faz presente nesse processo, ou seja, que tipo de avaliações são utilizados em sala de aula com vocês alunos?**
- *Avaliação marcada pela presença, interesse nas aulas e mesmo a participação, um pouco do entendimento da matéria, tem que saber, ter conhecimento da matéria.*
- **Através de trabalhos, testes...?**
- *Trabalho, avaliação, teste, a avaliação não assim totalmente pela nota, mas se faz avaliação na sala bimestral. É uma prova, não é totalmente uma prova para aquela nota, você tem que ter uma determinada nota, mas, é uma nota, vale uma nota.*
- **Que resultados esse procedimento tem alcançado no seu ponto de vista como aluna?**
- *No meu tem né... porque na idade que eu estou, se eu ficasse toda série regular, seria bem difícil, então pra mim é uma facilidade, um interesse bom né... pelo menos no meu caso.*
- **Que dificuldades você acredita que tem com relação a avaliação na sala de aula?**
- *Dificuldade a gente encontra em determinadas matérias, por exemplo matemática é meu ponto difícil, mas nas outras a gente tem bastante facilidade, porque a gente tem um entrosamento muito grande também, até mesmo com os professores, então você vê muita facilidade.*
- **Você conhece ficha avaliativa ou ficha descritiva?**
- *Conhecer pessoalmente não, mas tenho conhecimento que ela existe, a gente não passou por ela assim, mas eu sei que tem.*
- **Você estuda na educação modalidade EJA, (educação de jovens e adultos) desde que série?**
- *Só no 2º e no 3º mesmo.*

- **ALUNO 4:**
- **Você conhece a proposta pedagógica voltada pra educação de jovens e adultos da escola em que você estuda?**
- *Olha, a proposta que foi passada pra gente é que o aluno da "EJA" não é avaliado por provas, mas sim pelo conceito, pela participação do aluno, a frequência né... estar todos os dias aqui na escola, foi isso que foi passado, se foi passado mais alguma coisa é claro que aqui no momento a gente acaba esquecendo, mas o que eu lembro são essas coisas.*
- **Você conhece alguns pontos principais da proposta assim?**
- *São a participação, a frequência nas aulas, essas são as principais questões que contam muito.*
- **Qual é o conceito de avaliação que se faz presente nesse processo?**
- *Bom, segundo o que eles passam, o conceito de avaliação é mais a participação, mas apesar de que, tem muitos professores que aplicam provas e você é avaliado através das provas, isso não é uma regra geral, mas muitos agem dessa forma, é aplicado prova, outros já acham que nós devemos ser avaliados pelo conceito da EJA.*
- **Que resultados esse procedimento tem alcançado em sua opinião como aluna?**
- *Eu não acho muito legal, pelo fato assim, eles estão me avaliando, mas, como eu sei se a minha avaliação no ponto de vista deles está sendo boa, você entendeu, é a mesma coisa você estar vivendo uma situação no escuro, porque a cada bimestre que passa, "como será que eu estou" no conceito do professor, entendeu.*
- **Que dificuldades você acredita que tenha encontrado durante a avaliação?**
- *Então, a dificuldade é exatamente essa, porque no meu ponto de vista é muito melhor você estar sendo avaliado por provas, por trabalhos, quer dizer, através da prova, sei que muito acham difícil, tem que estudar, mas é muito melhor você expor no papel aquilo que você aprendeu do que ser avaliado, no ponto de vista dele, de repente eu posso estar bem, mas será que quando eu sair da escola e chegar em casa eu vou lembrar de tudo aquilo que eu fiz, tudo que foi passado pra mim, então eu acho melhor no decorrer do tempo, depois de ter aplicado toda matéria dependendo da disciplina, você estar no papel realmente pra mostrar que você aprendeu, então no meu ponto de vista a dificuldade que eu encontro é essa, não expor aquilo que eu aprendi.*
- **Você conhece ficha descritiva ou ficha avaliativa?**
- *Não... Se existe eu não conheço, porque nunca ninguém chegou e falou "olha, isso aqui é uma ficha descritiva/avaliativa", ninguém expôs isso pra mim, só se foi num dia que eu deixei de vir à escola.*

- **Você estuda na educação de jovens e adultos desde que serie?**
- *Desde, assim... eu comecei no ano passado aqui fazendo o 1º quando eu transferi pra cá, eu entrei pra fazer o 1º ano, eu nem sabia desse projeto da "EJA" e aí tinha uma promoção que em 50 dias se você conseguisse a nota que exigia você poderia estar passando para o 2º ano, eu consegui, sem saber, assim, eu não esperava e estou fazendo o 2º.*

- **ALUNO 5:**
- **Você conhece a proposta pedagógica voltada pra educação de jovens e adultos da escola?**
- *Sim, o propósito dela é que a escola tem o EJA, eu no meu ponto de vista acho que deveria melhorar em termos da provas, que são avaliativas e no primeiro bimestre eles falaram uma coisa e foi outra, aí como o pessoal começou a desistir tal... como era participação, tinha que tirar 10 em tudo, que eu acho que ninguém é perfeito, que ninguém consegue tirar 10 em tudo, aí no segundo bimestre já vieram dizer que não era assim, era participação e a média era 5,5.*
- **No caso você está falando da promoção que acontece ao final segundo bimestre?**
- *Isso, da "EJA".*
- **Mas, a avaliação durante o ensino em si que há na escola, avaliação, elas são feitas através de provas, testes?**
- *Sim, provas, todos nos fizemos provas, mesmo tendo participação tem que ter prova, teste também, participação do aluno, desenvolvimento na sala de aula.*
- **Que resultados esse procedimento tem alcançado no seu ponto de vista como aluna, bom, ou não?**
- *Pra mim foi bom..., eu sempre participei os professores são todos..., se tem um problema ajuda.*
- **Você conhece ficha descritiva ou ficha avaliativa ?**
- *Não, nunca ouvi falar.*
- **Você estuda na Educação de Jovens e Adultos desde de que série?**
- *Desde a 1ª série do Ensino Médio.*